



Conselho Internacional do Café  
122.ª sessão  
17 – 21 setembro 2018  
Londres, Reino Unido

**Igualdade de gênero no setor cafeeiro**

**Antecedentes**

1. Em sua 121.ª sessão, na Cidade do México, México, o Conselho Internacional do Café aprovou a adoção de temas anuais para orientar o trabalho da Organização Internacional do Café (OIC). Um enfoque de base temática cria sinergias entre as funções da Secretaria e permite que a OIC se firme como organismo que determina as agendas do setor cafeeiro, para comandar a defesa do café com apoio em evidência em todos os fóruns políticos, obter a liberação de recursos para financiar projetos de desenvolvimento do setor cafeeiro e alinhar sua estratégia com os objetivos e o ciclo de relatórios da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas.
2. Um elemento-chave desse novo enfoque será o Relatório Emblemático da OIC, uma nova publicação anual, a ser preparado pela Secretaria a partir do ano cafeeiro de 2018/19 para refletir o tema anual escolhido e dar um embasamento analítico às principais mensagens que a Organização transmite. Esse relatório será produzido em colaboração com estudiosos de importantes instituições de pesquisa e oferecerá aos Membros, stakeholders e formuladores de política mais análises em profundidade e mais informações.
3. A segunda metade do ano cafeeiro de 2017/18 constitui um período de transição para o novo modus operandi, tendo-se determinado que "igualdade de gênero" seria o tema que o trabalho da Organização deveria refletir este ano. O estudo econômico que se reproduz nas próximas páginas versa sobre esse tema e é um passo importante rumo à publicação do primeiro Relatório Emblemático em 2018/19, baseando-se no Artigo 34 do Acordo Internacional do Café de 2007 e no Programa de Atividades para o ano cafeeiro de 2017/18, que requerem que a OIC disponibilize aos Membros estudos e relatórios sobre aspectos relevantes do setor cafeeiro.

4. Este estudo oferece uma visão geral da amplitude e das determinantes da desigualdade de gênero no setor cafeeiro, concentrando-se na parte agrícola da cadeia de valor. Respostas de política pública e iniciativas privadas que visam ao empoderamento das mulheres e à redução da desigualdade de gênero são analisadas. O estudo sugere medidas concretas através das quais a OIC, juntamente com parceiros dos setores público e privado, poderia promover a igualdade de gênero e, com isso, contribuir para aumentar a produtividade e melhorar os meios de sustento no setor cafeeiro, ao mesmo tempo que buscando alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs) das Nações Unidas.

5. Em sintonia com os objetivos do enfoque temático de aumentar a visibilidade da OIC e divulgar amplamente suas principais mensagens, as constatações e recomendações contidas no documento a seguir são inicialmente compartilhadas com os Membros da OIC. Posteriormente o estudo será lançado para divulgação ampla no Dia Internacional do Café (DIC), 1.º de outubro de 2018, através de um webinar que a OIC realizará conjuntamente com a Plataforma Global do Café (PGC), bem como nas redes sociais, expandindo a principal mensagem da campanha do DIC. Após o lançamento, o conteúdo do estudo também será apresentado em eventos selecionados do setor cafeeiro durante o ano cafeeiro de 2018/19.

## **Ação**

Solicita-se ao Conselho que tome nota deste documento.

## IGUALDADE DE GÊNERO NO SETOR CAFEIRO

### RESUMO

As mulheres fazem uma contribuição significativa ao setor cafeeiro global. Entre 20% e 30% das propriedades de café são operadas por mulheres, que fornecem até 70% da mão de obra na produção cafeeira, conforme a região. A evidência empírica apresentada neste relatório, contudo, mostra que as mulheres sistematicamente têm menor acesso que os homens a recursos como terra, crédito e informações. Isso frequentemente resulta em menores rendimentos da lavoura, produtividade e receita agrícola. Os ganhos da redução da desigualdade de gênero são significativos, e um papel pode ser exercido tanto pelos setores público e privado quanto pelos consumidores na promoção do empoderamento para conseguir igualdade de gênero. Este relatório discute como políticas, serviços e programas sensíveis a gênero e baseados em evidência, assim como políticas sustentáveis da cadeia produtiva, podem se estender às mulheres, beneficiando-as e empoderando-as. Em resultado, maior acesso a capital humano e social, recursos produtivos, financiamento e habilitações pelas mulheres pode capacitá-las a produzir mais eficientemente e alcançar maior produtividade e maiores lucros na agricultura. A melhoria da resiliência das mulheres a choques econômicos como os gerados pela volatilidade de preços do café e a construção da capacidade feminina de adaptação às mudanças climáticas também podem promover a sustentabilidade de longo prazo dos meios de sustento rurais e da oferta de café. Assim, o empoderamento das mulheres envolvidas na produção de café – como operadoras agrícolas, mão de obra familiar ou trabalhadoras – contribui diretamente para que se alcance o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável da igualdade de gênero. Membros de famílias e comunidades rurais se beneficiarão de transbordamentos positivos em várias dimensões do desenvolvimento econômico e social, como segurança alimentar, saúde e educação.

## ÍNDICE

1.	Introdução .....	3
2.	Empoderamento das mulheres, igualdade de gênero e a Agenda de Desenvolvimento Sustentável .....	4
3.	A desigualdade de gênero na produção de café .....	6
3.1	Disponibilidade de dados, estratégia empírica e âmbito da pesquisa .....	6
3.1	O papel das mulheres na produção de café .....	7
3.3	Desigualdade de gênero na produção de café .....	9
3.4	O custo do desempoderamento .....	11
4.	Desigualdade de gênero no acesso a recursos .....	13
4.1	Terra e recursos produtivos .....	13
4.2	Mão de obra .....	14
4.3	Educação .....	16
4.4	Programas de extensão e treinamento .....	17
4.5	Uso de insumos .....	18
4.6	Serviços financeiros .....	19
4.7	Capital social .....	20
5.	Reduzindo a desigualdade de gênero .....	22
5.1	Empoderamento, ganhos de produtividade, maior resiliência e benefícios econômicos mais amplos .....	22
5.2	Reduzindo a desigualdade – um papel para os setores público e privado ....	24
5.3	Documentação de posse da terra e direitos de propriedade .....	26
5.4	Extensão .....	27
5.5	Alfabetização financeira e acesso a financiamento .....	28
5.6	Padrões de sustentabilidade privados .....	29
5.7	Tecnologia da information e comunicação .....	31
5.8	Complementaridades.....	31
6.	Conclusão e próximas etapas .....	32

## 1. INTRODUÇÃO

1. O café desempenha um papel importante na economia de muitos países tropicais, dando meios de subsistência, segundo se estima, a 25 milhões de famílias do campo. O desempenho do setor cafeeiro pode ser melhorado pelo fortalecimento das mulheres, que, apesar de constituírem um recurso importantíssimo ao longo de toda a cadeia de valor do café como agricultoras, parte da força laboral ou empresárias, enfrentam sérias limitações de acesso aos fatores de produção.

2. Comparadas aos homens, as agricultoras frequentemente têm menor acesso a terra, insumos, financiamento e conhecimentos. Dentro das famílias rurais, é frequente elas só terem voz limitada nas decisões, sofrerem restrições de acesso a serviços públicos como programas de treinamento e extensão, e não exercerem controle sobre a produção agrícola e as decisões de investimento. As diferenças de acesso a recursos e empoderamento se traduzem na desigualdade de gênero de resultados agrônômicos e econômicos como a produtividade, as receitas das vendas das safras e o bem-estar familiar (FAO, 2011).

3. A promoção do empoderamento das mulheres no setor cafeeiro contribui para reduzir as diferenças e alcançar a igualdade de gênero, uma prioridade global e um dos dezessete objetivos da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável<sup>1</sup> das Nações Unidas. O fortalecimento do papel das mulheres além disso apoia um desenvolvimento de base ampla, através de melhores meios de sustento e receitas rurais, assim como de benefícios mais extensos na esfera do bem-estar doméstico, que vão de melhor nutrição à obtenção de educação para os dependentes. O aumento da produtividade das agricultoras e sua resiliência ao impacto das mudanças climáticas também podem se transformar em uma contribuição crucial à satisfação da demanda futura por café no mundo todo.

4. Este relatório ambiciona dar apoio aos formuladores de política, instituições de desenvolvimento e stakeholders do setor cafeeiro, assim:

- (i) Contribuindo para a compreensão da desigualdade de gênero e suas determinantes.
- (ii) Identificando abordagens que os setores público e privado adotam com o objetivo de reduzir a desigualdade de gênero e alcançar os ODSs.
- (iii) Propondo meios pelos quais a OIC possa promover ativamente a igualdade de gênero no setor cafeeiro, em particular entre seus países Membros, conscientizando os stakeholders e facilitando intervenções através de parcerias público-privadas.

---

<sup>1</sup> Para maiores informações sobre a Agenda de Desenvolvimento Sustentável, ver <https://www.un.org/sustainabledevelopment/development-agenda/>

5. As mulheres contribuem para o setor cafeeiro em todos os níveis da cadeia global de valor do café, da semente à xícara. Esta análise se concentra no nível agrícola, acrescentando evidência empírica sobre o papel das mulheres na origem. A necessidade de mais pesquisa para avaliar a igualdade de gênero nas fases de comércio, torrefação e varejo da cadeia de valor do café extrapola o âmbito deste relatório, mas é reconhecida. O restante do relatório é organizado da seguinte forma: O Capítulo 2 discute o elo entre a igualdade de gênero e o desenvolvimento de base ampla nos países Membros da OIC; o Capítulo 3 apresenta evidência empírica do papel das mulheres no setor cafeeiro, da desigualdade de gênero e de seu impacto social e econômico; o Capítulo 4 identifica as principais determinantes da desigualdade de gênero; o Capítulo 5 examina os benefícios sociais e econômicos mais amplos da redução da desigualdade de gênero e as abordagens da questão pelos setores público e privado. O relatório termina pedindo ação.

## **2. EMPODERAMENTO DAS MULHERES, IGUALDADE DE GÊNERO E A AGENDA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

6. O empoderamento das mulheres é um importante objetivo da política de desenvolvimento (Alkire *et al.* 2012). A participação plena das mulheres na vida pública, na economia e na política é reconhecida como condição necessária para a equidade e a justiça de gênero e como um motor do desenvolvimento e do crescimento econômico de base ampla (Klasen, 2013).

7. O elo entre a redução da desigualdade e a melhoria do desempenho econômico e das condições de vida tem sido amplamente documentado. A igualdade de gênero e o desenvolvimento humano estão positivamente relacionados, e a maior parte das pesquisas conclui que, embora a causalidade possa seguir tanto em uma direção quanto na outra, a redução da desigualdade promove o crescimento econômico (Banco Mundial, 2012). O aproveitamento da igualdade de gênero como estímulo do crescimento econômico é de suma importância para os Membros exportadores a OIC situados na parte inferior da escala de desenvolvimento, e 18 dos 44 Membros exportadores da OIC incluem-se entre os Países Menos Desenvolvidos (PMDs<sup>2</sup>).

8. A figura 1 ilustra o argumento a favor da igualdade de gênero nos países Membros exportadores da OIC, usando duas medidas comumente empregadas, incluídas na família dos Índices de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas: no Índice de Desigualdade de Gênero (IDG), que reflete as desvantagens de gênero em três dimensões – saúde reprodutiva, empoderamento e mercado de trabalho – e que vai de zero, onde as mulheres e os homens estão em pé de igualdade, a um, em que um gênero tem a pior pontuação possível em todas as dimensões medidas; e no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que, em resumo,

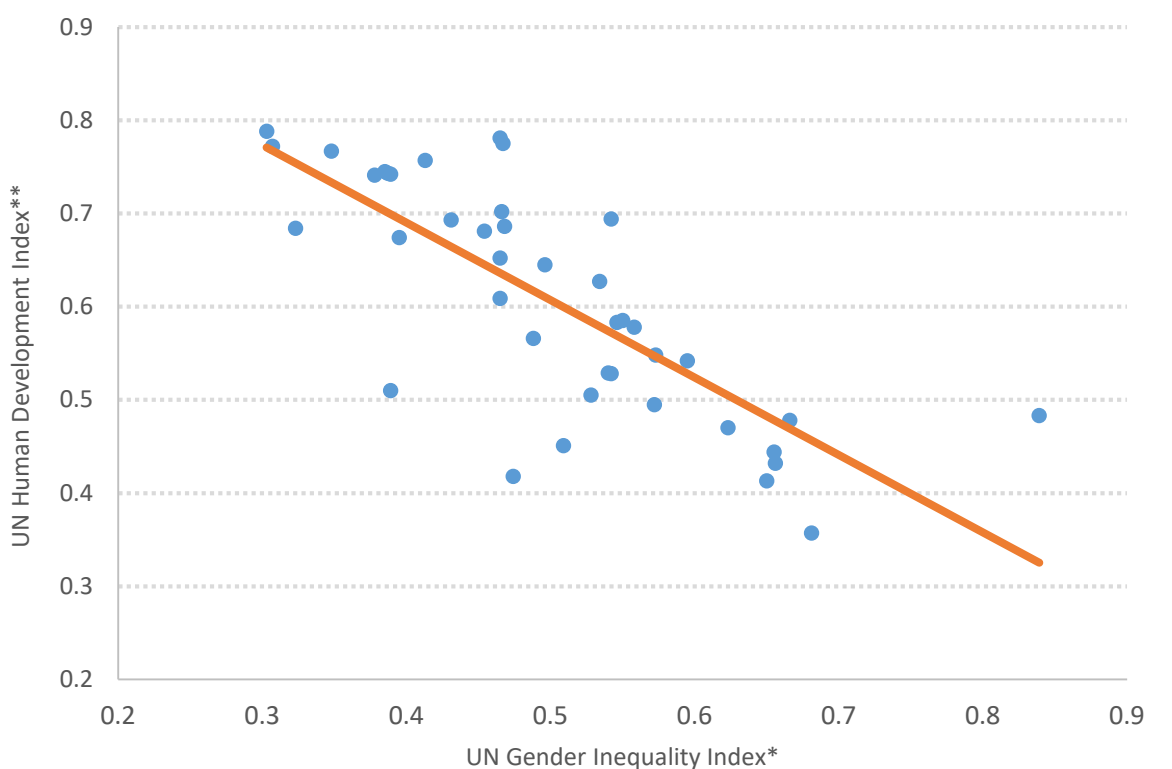
---

<sup>2</sup> Países Menos Desenvolvidos (PMDs) são os que exibem os indicadores econômicos mais baixos de [desenvolvimento socioeconômico](#), com as menores classificações do [Índice de Desenvolvimento Humano](#) dentre [todos os países do mundo](#). Um país se insere no bloco dos Países Menos Desenvolvidos caso atenda a três critérios: pobreza; fraqueza de recursos humanos; e vulnerabilidade econômica.

mede as realizações conseguidas em três dimensões-chave do desenvolvimento humano: uma vida longa e saudável, o acesso a conhecimentos e um padrão de vida excelente. Os pontos de cisão usados pelo IDH para agrupar países são: desenvolvimento humano muito alto, 0,800 e acima; desenvolvimento humano alto, 0,700–0,79; desenvolvimento humano médio 0,550–0,699; e desenvolvimento humano baixo, abaixo de 0,550.

9. Os países exportadores de café que acusam maior desigualdade, indicada por pontuação mais alta no IDG, recebem menos pontos no Índice de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas. Os custos impostos à sociedade pela desigualdade se refletem na queda do crescimento e do desempenho. Os resultados obtidos ilustram padrões socioeconômicos no agregado das economias nacionais e provavelmente indicam o que se passa tanto no setor agrícola, quanto no cafeeiro. Entretanto, é preciso compreender mais a fundo não só a situação do empoderamento das mulheres, como também a igualdade de oportunidades no setor cafeeiro. O próximo capítulo apresenta evidência empírica, contribuindo para a compreensão das desigualdades no setor agrícola e cafeeiro e de seu impacto nos resultados econômicos e no padrão de vida das mulheres.

**Figura 1: A desigualdade de gênero e o desenvolvimento mostram uma correlação negativa nos países Membros exportadores da OIC (2015)**



\* O Índice de Desigualdade de Gênero (IDG) reflete desvantagens baseadas em gênero em três dimensões—saúde reprodutiva, empoderamento e mercado de trabalho. O IDG mostra a perda no desenvolvimento de potencial humano devido à desigualdade entre as realizações dos homens e das mulheres nessas dimensões.

\*\* O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida que resume as realizações alcançadas em três dimensões-chave do desenvolvimento humano: uma vida longa e saudável, o acesso a conhecimentos e um padrão de vida decente.

### 3. A DESIGUALDADE DE GÊNERO NA PRODUÇÃO DE CAFÉ

#### 3.1. Disponibilidade de dados, estratégia empírica e âmbito da pesquisa

10. Nas duas últimas décadas, muito trabalho foi feito na coleta e análise de dados, para entender a contribuição das mulheres à produção agrícola mundial e, ao mesmo tempo, identificar os fatores que as impedem de alcançar todo o seu potencial econômico. No entanto, apesar de um número crescente de estudos que mapeiam a desigualdade de gênero em todos os setores agrícolas, a evidência continua fragmentária, mostrando diversos níveis de cobertura das regiões e subsetores (FAO, 2011; Doss, 2014).

11. Para a análise que segue, recorreremos a uma resenha abrangente de evidência empírica provinda de pesquisas acadêmicas e relatórios de organizações internacionais. Os estudos para este relatório, no geral, envolveram a coleta de dados provindos da lavoura. Dependendo do quadro de amostragem que se usou, os conjuntos de dados subjacentes compreendem informações sobre várias centenas de famílias. As amostras contêm um número suficiente de observações relativas a famílias chefiadas por homens e por mulheres, para possibilitar as inferências com alta significância estatística. No entanto, como a maior parte dos estudos se limita a uma ou várias regiões produtoras de café em um determinado país, as constatações de cada trabalho individual, embora internamente coerentes, podem não ser facilmente extrapoláveis a outros países ou válidos para o setor cafeeiro global como um todo.

12. Este relatório faz acréscimos à evidência empírica, analisando os dados de recenseamento do Estudo de Mensuração dos Padrões de Vida (Living Standards Measurement Study – LSMS) do Banco Mundial. Nesse programa, dados em nível micro obtidos em amostragens nacionalmente representativas de famílias individuais vêm sendo coletados a intervalos regulares. Em diversos países da África, a pesquisa central do LSMS é expandida por uma Pesquisa Integrada sobre Agricultura (Integrated Survey on Agriculture – ISA) para possibilitar que informações sobre as atividades agrícolas de famílias rurais sejam coletadas. Entre os locais onde o estudo LSMS-ISA foi implementado, estão países exportadores de café como a Etiópia, a Tanzânia e Uganda<sup>3</sup>.

13. No geral, a evidência empírica cumulativa compilada neste relatório tanto de estudos existentes quanto da análise de recenseamento do Banco Mundial possibilita a dedução de padrões e tendências amplas. No entanto, ainda é preciso cautela para não generalizar as conclusões à situação do empoderamento das mulheres e da igualdade de gênero no setor

---

<sup>3</sup> O estudo "Living Standards Measurement Study-Integrated Surveys on Agriculture" (LSMS-ISA) do Banco Mundial inclui um módulo agrícola detalhado. Essa pesquisa ampla estende-se a oito países da África subsaariana. Para acesso aos dados, que são disponibilizados ao público a intervalos regulares, ver <http://surveys.worldbank.org/lms/programs/integrated-surveys-agriculture-isa>



cafeeiro, pois nossa cobertura está longe de perfeita, com uma representação melhor da África (sobretudo da África oriental) que de outros continentes (com a Ásia sendo particularmente sub-representada).

14. A análise de gênero usando dados a nível micro frequentemente distingue entre famílias chefiadas por homens e por mulheres. Em um contexto social rural, as mulheres podem chefiar famílias quando não há um homem ao centro, seja temporariamente, devido a migração interna ou internacional, seja permanentemente, devido a divórcio ou óbito do parceiro. A concentração exclusiva nas famílias chefiadas por mulheres, que constituem de 5% a 30% das famílias rurais, dependendo de onde se encontrem, leva à subestimação da importância de compreender-se a posição relativa das mulheres nas famílias chefiadas por homens (Deere, Alvarado e Twyman, 2012). Em algumas regiões – por exemplo, na África ocidental – há responsabilidade compartilhada pelo trabalho na terra, com homens e mulheres administrando lotes diferentes (Croppenstedt, 2013). Essa distribuição de tarefas e tomada de decisões dentro das famílias representa um desafio à coleta de dados e à pesquisa, pois as enquetes sobre as famílias não fornecem um desdobramento detalhado das informações por gênero.

15. Neste relatório, as diferenças de gênero são analisadas tanto a nível de famílias chefiadas por homens e mulheres quanto dentro de famílias chefiadas por homens toda vez que dados suficientes estavam disponíveis. Finalmente, a contribuição das mulheres ao setor cafeeiro em todos os níveis da cadeia global de valor do café é reconhecida. No entanto, este relatório se concentra no papel das mulheres como cafeicultoras, a nível das propriedades agrícolas.

### *3.2. O papel das mulheres na produção de café*

16. Uma das primeiras tentativas de avaliar o papel das mulheres na produção de café a nível global foi feita pelo Centro de Comércio Internacional (CCI). Estudando a questão, o CCI estimou a participação da mão de obra feminina na produção de café em 70% (CCI, 2008). Essa porcentagem inclui operadoras agrícolas autônomas, provedoras de mão de obra paga e não paga, e trabalhadoras agrícolas. Dependendo da região, há variações significativas na contribuição da mão de obra feminina a produção de café, que cobre até 90% do cultivo e 80% das colheitas<sup>4</sup>. Entre 20% e 30% das propriedades de café são administradas por mulheres. Daí, cerca de 5 milhões dos 25 milhões de produtores de café que se estima haver no mundo todo são mulheres. O quadro 1 contém as estimativas do relatório do CCI e constatações de outros estudos empíricos feitos depois dele.

17. Com respeito ao continente africano, a análise dos dados de recenseamento do Banco Mundial relativos à Etiópia, Uganda e Tanzânia indica que entre 19% e 28% das famílias cafeicultoras são chefiadas por mulheres, dependendo do país. Meemken e Qaim (2018)

---

<sup>4</sup> Em países com alto nível de mecanização como o Brasil, as mulheres tipicamente se envolvem muitíssimo menos no cultivo e na colheita.

constatarem que, em uma amostragem representativa de duas regiões em Uganda, 23% das famílias cafeicultoras eram chefiadas por mulheres. No vizinho Quênia, dos membros de duas cooperativas estudadas por Dijkdrenth (2015), 29% e 34%, respectivamente, eram mulheres.

18. Há menos evidência sistemática sobre a América Latina e a Ásia. Um estudo de Lyon *et al.* (2010) constatou que, no México e América Central, a participação das mulheres registradas como operadoras agrícolas Fairtrade-orgânicas aumentou de 20% para 35% entre 1997 e 2006. Segundo estimativas da Aliança Internacional das Mulheres do Café (IWCA), uma entidade não lucrativa, do total dos produtores de café da América Central entre 19% e 34% são mulheres. Na Ásia, um estudo de base realizado pela Corporação Financeira Internacional (CFI) constatou que as mulheres são 80% da força de trabalho nas lavouras de café na Sumatra do Norte, Indonésia, e cerca de 50% em Lam Dong, Vietnã, desempenhando um papel-chave no cultivo, processamento e comercialização (CFI, 2018).

19. Em termos latos, essas constatações coincidem com as de um relatório abrangente da Organização da Agricultura para a Alimentação e a Agricultura (FAO), segundo o qual as mulheres fornecem cerca de 43% da força de trabalho rural na agricultura mundial. As mulheres chefes de família e operadoras agrícolas em média formam 15% do contingente de proprietários agrícolas na África subsaariana e bem mais de 25% na América Latina, enquanto na Ásia a porcentagem é muito menor, ficando em menos de 5% (FAO, 2011).

**Quadro 1: Participação feminina no setor cafeeiro comparado com o setor agrícola**

Participação na mão de obra	Participação como chefes de família / proprietárias de terras	Região / País	Fonte
<i>Setor cafeeiro</i>			
70%	20%	Global <sup>+</sup>	CCI, 2008
n/d	23%	Uganda	Meemken and Qaim, 2018
n/d	35% <sup>‡</sup>	México & América Central	Lyon <i>et al.</i> , 2010
n/d	29-34% <sup>§</sup>	Quênia	Dijkdrenth, 2015
n/d	24%	Uganda	Sekabira e Qaim, 2017
n/d	19%	Etiópia <sup>†</sup>	Cálculo do autor, com base no estudo LSMS-ISA do Banco Mundial
n/d	28%	Uganda <sup>†</sup>	
n/d	26%	Tanzânia <sup>†</sup>	
n/d			
<i>Setor agrícola</i>			
43%	n/d	Global	
20%	21%	América Latina	
50%	17%	Sudeste da Ásia / Sul da Ásia	FAO, 2011
50%	26%	África subsaariana	

<sup>+</sup> Estudo compreende 15 países

<sup>‡</sup> Participação feminina entre operadores Fairtrade-orgânicos

<sup>§</sup> Participação feminina entre membros de cooperativas de café

<sup>†</sup> Amostra representativa nacionalmente

20. Alguns estudos sugerem que a participação feminina no cultivo de produtos agrícolas de exportação como o café pode ser menor que em outras atividades agrícolas, em especial na agricultura de subsistência. Como as barreiras para entrar nos mercados de produtos agrícolas de exportação costumam ser altas, existe o risco de as mulheres, que têm recursos limitados, sejam marginalizadas e percam oportunidades de gerar receita adicional (Maertens e Swinnen, 2012; Quisumbing *et al.*, 2015). Por exemplo, Peterman *et al.* (2011) mostraram que, numa amostragem de famílias rurais de Uganda, é mais provável que as famílias chefiadas por homens cultivem café que as famílias chefiadas por mulheres.

21. Com base na evidência disponível, pode-se concluir que o papel das mulheres na produção de café é crucial e de importância similar à que se observa em outros subsectores agrícolas. Por conseguinte, muitas das constatações dos estudos na área da igualdade de gênero no setor agrícola em sentido mais amplo, que serão apresentadas neste estudo, podem ser relevantes ao setor cafeeiro.

### 3.3. *Desigualdade de gênero na produção de café*

22. Apesar de a participação feminina ser indispensável nas famílias rurais, as mulheres enfrentam limitações de acesso a recursos por razões de gênero, que entravam sua produtividade nas lavouras e afetam negativamente o bem-estar de suas famílias (FAO, 2011). Diferenças consideráveis existem entre homens e mulheres em seus níveis de empoderamento e sua capacidade de exercer "agência", isto é, de fazer escolhas eficazes e transformar essas escolhas nos resultados desejados (Banco Mundial, 2012). As expressões de agência incluem: controle de recursos; liberdade de movimento; tomada de decisões sobre a formação de família; liberdade do risco de violência; e capacidade de ter voz na sociedade e influenciar políticas.

23. Para compreender a fonte e o impacto das desigualdades de gênero nos países produtores de café, precisa-se de um mapeamento sistemático que permita avaliar a atual situação do empoderamento das mulheres em muitas famílias, regiões e países. Índices foram desenvolvidos em anos recentes para medir empoderamento, agência e inclusão das mulheres no setor agrícola e, assim, compreender a extensão da desigualdade de gênero e embasar nessa compreensão a tomada de decisões nos setores público e privado. O Índice de Empoderamento das Mulheres na Agricultura (WEAI), desenvolvido pelo Instituto Internacional de Pesquisa sobre Políticas Alimentares (IFPRI), fornece uma medida abrangente que leva em conta cinco dimensões: decisões sobre a produção agrícola; acesso ao uso de ativos produtivos e poder de decidir sobre ele; controle da renda; liderança na comunidade; e alocação de tempo (Alkire *et al.*, 2012). Os países são classificados conforme a pontuação que o WEAI lhes atribui, e sua classificação se divide em alta (WEAI = 0,85 ou mais), média (WEAI = 0,73-0,84) e baixa (WEAI = 0,72 ou menos).

24. O WEAI tem requisitos significativos quanto a dados, que tipicamente superam os de pesquisas padronizadas sobre famílias. Onde aplicado, o WEAI revela uma situação heterogênea do empoderamento e da paridade de gênero, isto é, do duplo empoderamento relativo em famílias com adultos homens e mulheres. Um estudo de treze países publicado em 2014, incluindo nove Membros exportadores da OIC, mostrou que o empoderamento das mulheres ia de baixo no Quênia, Gana e Libéria a alto em Ruanda e Uganda (quadro 2). Esse estudo de vários países só incluiu uma origem asiática e uma latino-americana. Os principais indutores do desempoderamento na amostragem dos países eram o acesso e as decisões sobre crédito, a carga de trabalho e a participação em grupos de agricultores. Crédito é a limitação mais significativa na África oriental, enquanto a carga de trabalho tem uma influência predominante na África ocidental (Malapit *et al.* 2014).

25. Embora a metodologia do WEAI ainda não tenha sido amplamente aplicada ao setor cafeeiro, em anos recentes tem-se notado maior interesse dos pesquisadores e do setor cafeeiro pelo uso de indicadores como instrumento de mapeamento (ver também Box 1). Por exemplo, um estudo recente de Dietz *et al.* (2018) constatou que, em uma amostragem de cafeicultores de Honduras, o desempoderamento das mulheres na área do estudo era significativo, acusando um WEAI de 0,75 e colocando-as na parte mais baixa da classificação média. Essas constatações estão em linha com os resultados a nível de país obtidos pelo estudo do IFPRI. Os indutores do desempoderamento na amostragem dos cafeicultores são falta de controle no uso de renda e escassez de acesso e de poder de decisão sobre crédito.

**Quadro 2: Empoderamento das mulheres na agricultura em países selecionados da OIC (2014)**

País	Região	WEAI	Empoderamento
Ruanda	East Africa	0,91	Alto
Uganda	East Africa	0,86	Alto
Malauí	Southern Africa	0,84	Médio
Nepal	Asia	0,80	Médio
Zâmbia	Southern Africa	0,80	Médio
Honduras	Latin America	0,75	Médio
Quênia	East Africa	0,72	Baixo
Gana	West Africa	0,71	Baixo
Libéria	West Africa	0,69	Baixo

Os países são classificados de acordo com sua pontuação no WEAI e o empoderamento dividido em alto (WEAI = 0,85 ou mais), médio (WEAI = 0,73-0,84), baixo (WEAI = 0,72 ou menos)

Fonte: Com base em Malapit *et al.* (2014)

26. Vários estudos apoiam essas constatações sobre o desempoderamento relativo e proporcionam percepções adicionais. Uma análise da alocação da mão de obra dentro das famílias, por exemplo, sugere que as mulheres devotam desproporcionalmente mais tempo ao cultivo e colheita de café que os homens, que se concentram em atividades que exigem

menos tempo, como armazenamento e comercialização das safras. Por participar na venda do café, os homens chefes de família frequentemente também controlam as receitas de sua produção (Bolwig, 2012).

27. Em Uganda, um contraste marcante pode ser encontrado no envolvimento na produção de café entre mulheres chefes de família, que administram a produção de café como parte de uma empresa agrícola, e mulheres adultas em duplas famílias chefiadas por homens. Só um terço das mulheres adultas declarou responder pela produção de café, em contraste com mais de 90% dos homens chefes de família (Meemken, Veetil e Qaim, 2017).

28. Padrões semelhantes foram identificados por Ávila e Useche (2016) na Colômbia, onde as mulheres em famílias chefiadas por homens participam menos dos processos decisórios da produção de café que em famílias chefiadas por mulheres. No Equador, os autores também constatam que as mulheres têm menos voz nas decisões sobre produção, embora as diferenças não apresentem significância estatística.

**Box 1: Promovendo igualdade de gênero através de intervenções na cadeia produtiva baseadas em evidência**

Reconhecendo que a igualdade de gênero é uma preocupação essencial e um indutor da sustentabilidade do café, a Nespresso desenvolveu uma estratégia de igualdade de gênero para seu Programa de Qualidade Sustentável AAA™, que trabalha com 75.000 cafeicultores em 12 países. Uma premissa básica dessa estratégia é que o Programa AAA implementará estratégias que ampliem o empoderamento das mulheres e reduzam as disparidades de gênero, e não perpetuará inadvertidamente desigualdades de gênero, nem agravará a discriminação contra as mulheres. A fim de alcançar esses objetivos, a Nespresso pediu à TechnoServe que apoiasse o desenvolvimento de uma ferramenta de gênero testada no campo, realizando uma coleta rigorosa de dados e uma análise de gênero em profundidade. O próximo passo foi gerar percepções nas quais basear o desenvolvimento de intervenções individualizadas, apropriadas e impactantes.

A TechnoServe e o Nespresso AAA trabalharam juntos na criação de uma ferramenta individualizada de análise de gênero e, então, submeteram-na a intensos testes de campo em uma seleção de aglomerados do AAA na Indonésia, na Guatemala e na Etiópia. A equipe de campo customizou a ferramenta em função de cada aglomerado e empregou-a na coleta de um conjunto abrangente de dados tanto quantitativos quanto qualitativos, usando entrevistas e discussões em grupos focais com mais de 250 agricultores do AAA selecionados aleatoriamente. O relatório explica o desenvolvimento da ferramenta e enfatiza elementos de importância crucial para o êxito do processo de coleta de dados. A ferramenta submetida a testes de campo e o programa comprovado proporcionam um plano que a Nespresso pode usar para gerar percepções que contribuam para o planejamento de intervenções impactantes de gênero em outros aglomerados AAA. Disponibilizando esse relatório e compartilhando a ferramenta de análise, a Nespresso incentiva outras organizações que trabalham com o café a conduzir análises semelhantes em suas cadeias produtivas, tomar medidas para resolver a disparidade de gênero e incrementar o empoderamento das mulheres na cafeicultura.

### 3.4. *O custo do desempoderamento*

29. Em resultado das desigualdades de gênero em todas as dimensões do empoderamento, os retornos econômicos das mulheres na agricultura frequentemente são menores que os de seus pares homens. A pesquisa tem mostrado que as mulheres podem colher safras menores, com menor probabilidade de as vender aos mercados, e isso leva a menores receitas agrícolas, afetando negativamente os meios de sustento rurais e o bem-estar familiar (FAO, 2011; Croppenstedt *et al.*, 2013).

30. Por exemplo, Diiro *et al.* (2018) constataram que as pontuações no WEAI sobre o empoderamento das mulheres entre pequenos produtores de milho no Quênia têm uma correlação positiva com os níveis de rendimento das lavouras. Comparando os níveis de produtividade em propriedades familiares que praticam a policultura chefiadas por homens e por mulheres na Etiópia, Tiruneh *et al.* (2001) constataram rendimentos 35% menores entre as mulheres. Horrel e Krishnan (2007) constataram diferenças de rendimento similares entre agricultores homens e mulheres no Zimbábue. Aguilar *et al.* (2015) registraram que, em termos de valor da produção por hectare, as famílias chefiadas por mulheres na Etiópia eram 23% menos produtivas que as chefiadas por homens. A magnitude da desigualdade de gênero, porém, varia em todas as regiões e sistemas de produção (Croppenstedt *et al.*, 2013).

31. As evidências sobre o setor cafeeiro em geral se coadunam com as constatações sobre o setor agrícola em geral. A análise dos dados de recenseamento do Banco Mundial mostra que na Etiópia e em Uganda, respectivamente, as receitas da venda de café das famílias chefiadas por mulheres são 39% e 44% inferiores. Uma discrepância de gênero nas receitas do café também foi encontrada na Tanzânia, mas a diferença entre os agricultores e as agricultoras não mostrava significância estatística. Sekabira e Qaim (2017) relatam que a renda familiar das mulheres produtoras de café em duas regiões de Uganda eram 41% inferiores às de seus pares homens. Há evidência de que a capacidade para agregação de valor na propriedade agrícola pode ser um dos fatores que explicam diferenças de gênero nas receitas em toda a amostragem dos agricultores. Embora 29% das famílias chefiadas por homens vendessem seu café na forma verde, o processamento pós-colheita era menos generalizado entre as cafeeicultoras, que só vendiam 18% de seu café na forma verde, isso provavelmente resultando em menor preço de venda.

32. Como no setor agrícola em sentido mais amplo, constatou-se que a desigualdade de gênero no setor cafeeiro pode variar em magnitude em todas as origens. Na verdade, Ávila e Useche (2016) descobriram, em uma amostragem de cafeeicultores na Colômbia e no Equador, que o rendimento nas propriedades chefiadas por mulheres era apenas 2,5% inferior, uma diferença sem significância estatística. Também eram semelhantes os preços aos produtores recebidos por agricultores e agricultoras envolvidos na amostragem. As propriedades de café chefiadas por mulheres, contudo, tendiam a ser menos diversificadas em termos de seu portfólio de produtos e, nelas, o uso de técnicas de cultivo intercalar era menos frequente.

33. A desigualdade na produtividade agrícola entre famílias chefiadas por homens e por mulheres é consequência, sobretudo, de diferenças no acesso a recursos. As diferenças interfamiliares em resultados agrícolas e econômicos diminuem ou desaparecem quando se

levam em conta o patrimônio feminino – por exemplo, educação –, o tamanho das propriedades e o acesso a produtos e fatores de mercado, a crédito e a serviços públicos como extensão (Aguilar *et al.*, 2014).

33. Evidência empírica de diferenças de produtividade ligadas a questões de gênero dentro das famílias confirma a presença de desigualdades de gênero intrafamiliares. Por exemplo, estudos que se concentram na África ocidental sugerem que lotes de terra geridos por homens são mais produtivos que os geridos por mulheres. Udry *et al.* (1995) registraram a consecução de uma produtividade 10-15% menor pelas mulheres. Diferenças intrafamiliares entre agricultores e agricultoras são causadas por outros fatores além do acesso a mercados, como, por exemplo, o poder decisório das mulheres quanto ao uso dos recursos produtivos disponíveis à família.

#### 4. DESIGUALDADE DE GÊNERO NO ACESSO A RECURSOS

##### 4.1. Terra e recursos produtivos

34. A terra é o fator mais importante na produção agrícola, constituindo a base para os cultivos e a pecuária. Quando cultivada de forma sustentável, ela pode se transmitida de geração a geração, dando meios de sustento às comunidades rurais. Importante é que, em áreas com mercados que funcionam apropriadamente, ela pode ser usada como garantia colateral na obtenção de financiamento junto aos emprestadores comerciais. Como tal, a propriedade da terra é vital para assegurar empréstimos de capital de giro e, em particular, recursos para financiar investimentos de longo prazo nas empresas agrícolas.

35. Evidência proveniente do setor cafeeiro é limitada, mas uma diferença de gênero considerável no acesso a terra ainda emerge. O quadro 3 compara informações fornecidas em estudos atuais sobre propriedades de família sob a chefia de homens e de mulheres com informações baseadas na análise dos dados de recenseamento do Banco Mundial. Em média, as mulheres possuem 25% menos terra que os homens, e essa diferença varia de 20% em Uganda a 40% na Tanzânia.

**Quadro 3: Desigualdade de gênero no acesso a terra (por gênero do/a chefe de família)**

Tam. propr. (em ha) Homens	Tam. propr. (em ha) Mulheres	Região/País	Fonte
1,05	0,84	Uganda	Sekabira e Qaim, 2017
2,34	1,85	Colômbia/Equador	Ávila e Useche, 2016
0,23	0,13	Etiópia	Cálculo do Autor com base no LSMS-ISA do Banco Mundial
1,06	0,75	Uganda	
0,84	0,51	Tanzânia	

Nota: Todas as diferenças têm significância estatística

36. Essas constatações se coadunam com as de uma pesquisa anterior, segundo a qual nos países de baixa e média renda as mulheres têm menos acesso a terra que os homens (Croppenstedt *et al.*, 2013). Na Nicarágua rural, por exemplo, 45% das famílias chefiadas por homens possuem terra, em comparação com só um pouco mais de 10% das famílias chefiadas por mulheres. No Vietnã, as diferenças são menos pronunciadas, e as porcentagens de famílias que possuem terras chefiadas por mulheres e por homens alcançam 70% e 85%, respectivamente. Além disso, as famílias chefiadas por homens habitualmente controlam maiores áreas de terreno.

37. Quando as diferenças de gênero na propriedade da terra são particularmente grandes, a magnitude frequentemente resulta de práticas costumeiras que limitam o acesso e os direitos a terra. As razões que explicam o diferencial frequentemente são específicas a determinados países e incluem preferência masculina na herança, assim como casamento e viés em favor dos homens nos programas de redistribuição de terras (Deere e Leon, 2003; Melesse, Dabissa e Bulte, 2017).

38. Além de menor patrimônio fundiário, alguns estudos constatam uma diferença significativa na idade dos cafeeiros entre as famílias chefiadas por homens e por mulheres, é provável que afetando negativamente a produtividade. Entrevistados no estudo de Sekabira e Qaim (2017) relatam que os cafeeiros nos terrenos trabalhados por mulheres têm 8% mais idade, refletindo, entre outros fatores, diferenças de gênero no acesso a financiamento para renovação e reabilitação dos cafezais. De forma análoga, no contexto da Colômbia e do Equador, Ávila e Useche (2016) relatam uma diferença de 4% na idade dos cafeeiros, o que, porém, não tem significância estatística.

#### 4.2. *Mão de obra*

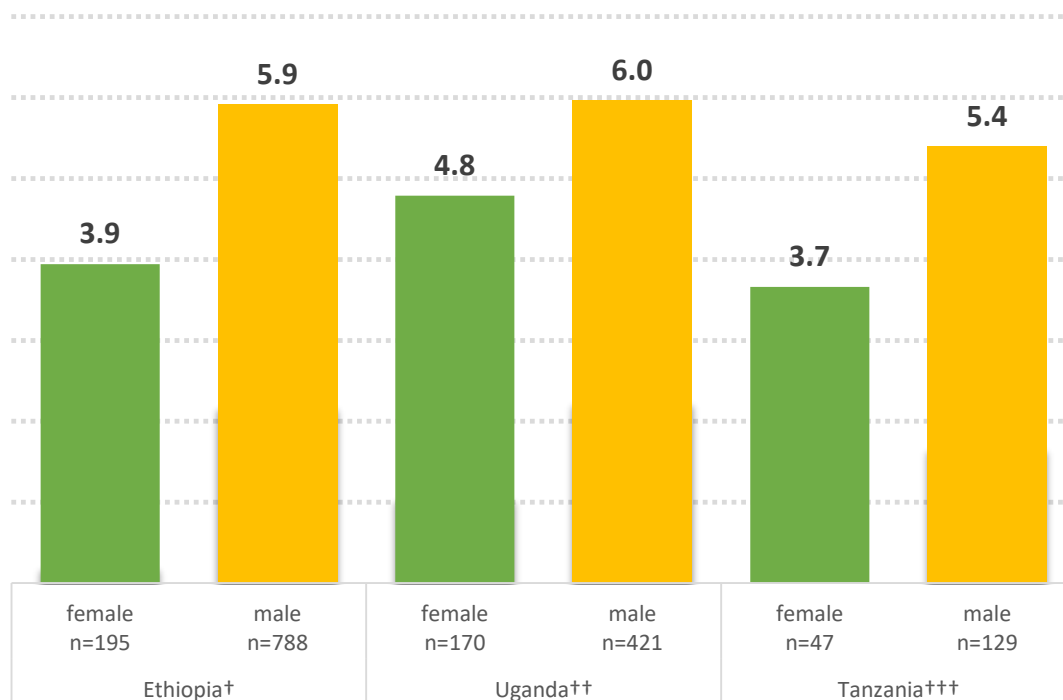
39. A agricultura, especialmente no contexto dos sistemas de produção dos pequenos cafeicultores, exige trabalho intenso. A disponibilidade de mão de obra em cada família depende do tamanho e composição da família (número de membros da família com idade para trabalhar e gênero) e de sua capacidade de contratar mão de obra. Pesquisas têm demonstrado que as famílias chefiadas por mulheres sofrem desvantagens nessas duas esferas (FAO, 2011).

40. As famílias chefiadas por mulheres em média são menores, mas contêm maior número de dependentes. A análise de dados de recenseamento do Banco Mundial revela diferenças estatísticas significantes entre as chefiadas por homens e por mulheres na Etiópia, Uganda e Tanzânia (figura 3). Isso se coaduna com as constatações de Ávila e Useche (2016), que relatam que, no Equador, as famílias produtoras de café chefiadas por mulheres são 13% menores em média que as chefiadas por homens, resultando em menor disponibilidade de mão de obra.



41. Além disso, as mulheres chefes de família frequentemente estão sujeitas ao duplo ônus das tarefas domésticas e das atividades agrícolas, e, nessa esfera, a alocação desigual de tempo é identificada como um importante indutor do desempoderamento (Alkire *et al.*, 2012; Dietz *et al.*, 2017). A figura 4 mostra que, em uma amostragem representativa de cafeicultores etíopes, as mulheres chefes de família despendiam 4,9 horas por semana em tarefas domésticas – por exemplo, transportando água, transportando gravetos e coletando lenha –, em contraste com apenas 1,5 hora por semana no caso dos homens chefes de família. Assim, não surpreende que, como se relatou, durante o período estudado os homens agricultores dedicassem cerca de 50% mais tempo a atividades agrícolas que as mulheres. Restrições de tempo também são obrigatórias as mulheres em duplas famílias chefiadas por homens, o que parcialmente explica o menor uso de mão de obra em glebas administradas pelas mulheres de famílias chefiadas por homens (Udry *et al.*, 1995).

**Figura 3: Número de membros das famílias (por gênero do/a chefe de família)**



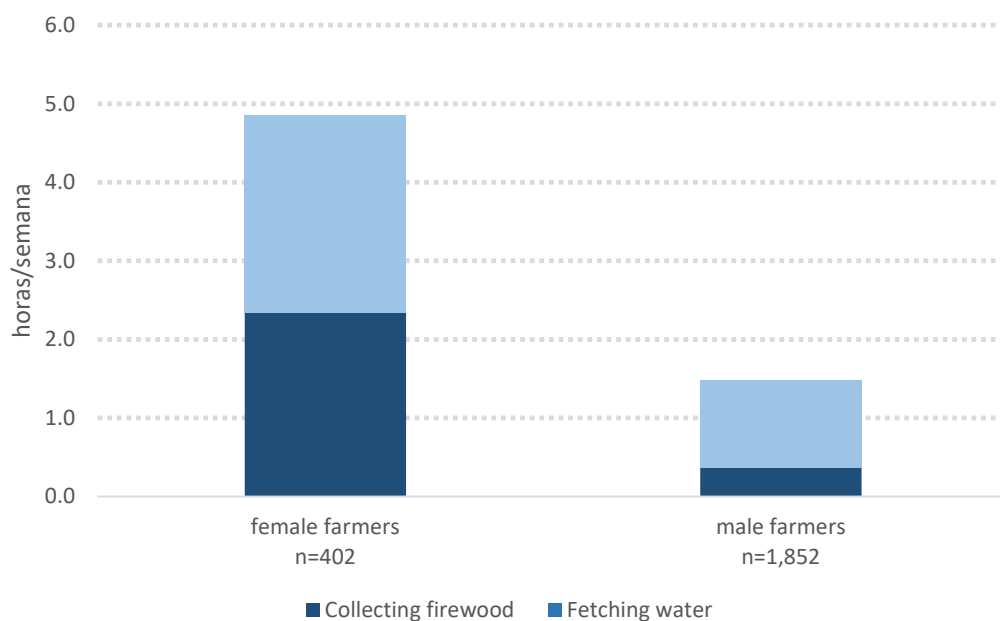
† Período estudado: 2015

†† Período estudado: 2013

††† Período estudado: 2014

Fonte: Cálculos próprios, com base no LSMS-ISA do Banco Mundial

**Figura 4: Tempo gasto em tarefas domésticas entre cafeicultores etíopes**



Fonte: Cálculos próprios, com base nas ondas de pesquisa de 2011, 2013, 2015 do LSMS-ISA

42. No acesso aos mercados de trabalho, as trabalhadoras rurais podem ser restringidas por normas sociais. Por exemplo, Hill e Vigneri (2014) constataram entre os cacauicultores de Gana que as produtoras de cacau enfrentam dificuldades de acesso a centros de emprego que separam os gêneros, tornando especialmente problemático disponibilizar mão de obra para trabalho agrícola, que é fisicamente exigente. Em outras situações, as trabalhadoras rurais podem receber ajuda de homens da comunidade, mas só depois que eles terminem o trabalho em suas próprias glebas (FAO, 2011).

#### 4.3. Educação

43. O nível de educação, considerado parte da dotação de capital humano, é uma determinante da capacidade produtiva das famílias (Banco Mundial, 2012; FAO, 2011). Há uma forte correlação entre o nível médio de educação dos adultos com idade para trabalhar nas famílias rurais e a produtividade agrícola. Diferenças no acesso a educação e nas habilitações escolares podem ser observadas entre homens e mulheres.

44. Em seu estudo de famílias cafeicultoras ugandenses, Meemken, Veettil e Qaim (2016) oferecem evidência de diferenças em capital humano entre homens chefes de família, mulheres chefes de família e mulheres adultas (por exemplo, esposas) em famílias chefiadas por homens. Os autores constatam que tanto as mulheres chefes de família como as mulheres em famílias chefiadas por homens têm menos anos de educação formal e um nível mais baixo de alfabetização. Um quadro semelhante se constata em uma amostragem de propriedades familiares na Colômbia e no Equador, onde os homens chefes de família tinham em média 4,05 e 6,43 anos de escolarização, respectivamente, em comparação com 3,27 e 5,27 anos para as mulheres chefes de família (Ávila e Useche, 2016).

45. Análise dos dados de recenseamento do Banco Mundial confirma diferenças significativas em frequência escolar entre homens e mulheres chefes de família na África oriental. Embora na Etiópia 54% dos homens entrevistados tenham recebido educação formal, só 14% das mulheres frequentaram escolas alguma vez. Em Uganda, a taxa de escolaridade de mulheres e homens chefes de família é mais alta, acusando 66% e 92%, respectivamente. Na Tanzânia, as diferenças em educação formal são menos pronunciadas e a significância estatística não é diferente, e 84% dos homens e 74% das mulheres que produzem café declararam que frequentaram escolas.

46. Essas constatações são semelhantes às de um estudo da FAO sobre a situação em 15 países (2011), em que se constataram diferenças significativas em anos de escolaridade e taxas de alfabetização entre homens e mulheres chefes de família em quase todos os países estudados. A amostragem inclui países produtores de café como a Bolívia, o Equador, Gana, a Guatemala, a Indonésia, o Nepal, a Nicarágua, a Nigéria, o Malauí e o Vietnã. Exceção notável foi o Panamá, onde não se observaram diferenças em educação. No geral, a pesquisa

mostrou que as diferenças tendem a se reduzir com o tempo, mas que persistem diferenças significativas em progresso entre as regiões. Níveis educacionais mais baixos frequentemente resultam de um viés contra a educação das meninas.

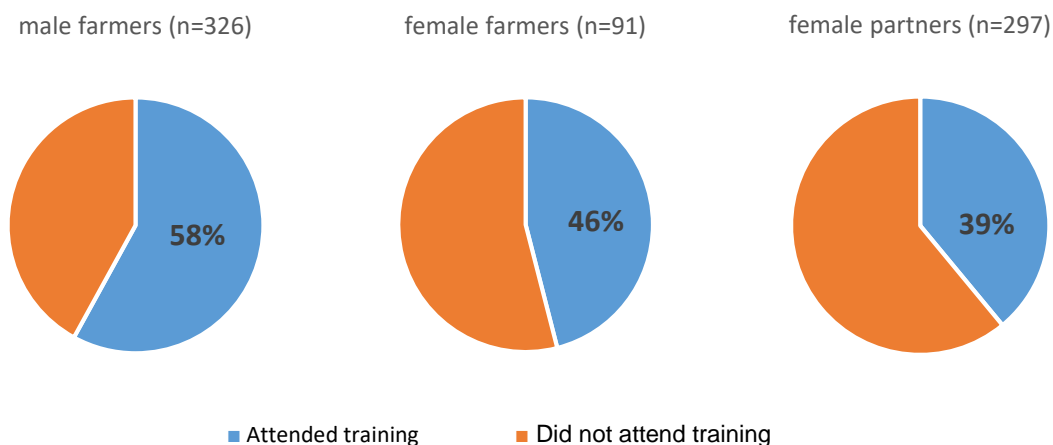
#### 4.4. Programas de extensão e treinamento

47. Além de educação básica, diferenças também existem entre agricultores e agricultoras em seu acesso a conhecimentos e habilidades em agricultura. A extensão agrícola, que na maioria dos países é um serviço público, frequentemente é a principal fonte de informação sobre melhores métodos e tecnologias agrícolas disponível aos cultivadores (Croppenstedt *et al.*, 2013).

48. Evidência sobre o setor cafeeiro sugere que há uma diferença de gênero no acesso a serviços de extensão, sendo menos provável que as mulheres recebam visitas de agentes de treinamento ou participem de sessões treinamento. Por exemplo, dados de pesquisa em uma zona de cafeicultura coletados por Meemken, Veettil e Qaim (2017), que distinguem entre agricultores e parceiras, por um lado, e agricultoras, por outro, indicam uma desigualdade significativa de gênero (figura 5).

49. Dentro da amostragem de 453 famílias de produtores de café entrevistadas, 58% dos homens chefes de família haviam participado de sessões de treinamento. Em contraste, só 46% das agricultoras se beneficiaram dessas oportunidades de transferência de habilidades. A desigualdade de gênero era ainda mais pronunciada dentro das famílias cafeeicultoras, pois menos de 40% das parceiras haviam participado de sessões de treinamento.

**Figura 5: Acesso a treinamento entre famílias de cafeeicultores em Uganda**



Fonte: Com base em Meemken, Veettil e Qaim (2017)

50. As dimensões da desigualdade de gênero no acesso a serviços de extensão variam conforme a região. Ávila e Useche (2016) constataram que na Colômbia o acesso dado às cafeicultoras registra menos nove pontos percentuais, tendo baixa significância estatística. Nenhuma diferença de gênero foi constatada pelo mesmo estudo no vizinho Equador.

51. Essa evidência sobre o setor cafeeiro em termos latos coincide com as constatações sobre outros produtores agrícolas. Uma pesquisa revelou que 29% das famílias chefiadas por homens que possuem terras na Índia receberam uma visita de extensão, em contraste com apenas 18% famílias chefiadas por mulheres (Banco Mundial e IFPRI, 2010). O mesmo estudo mostrou um quadro semelhante na Etiópia, onde 28% das famílias chefiadas por homens tiveram acesso a serviços de extensão, e só 20% das famílias chefiadas por mulheres foram visitadas por um trabalhador de extensão.

52. Diversos fatores determinam o acesso reduzido das mulheres a informações sobre técnicas agrícolas. Por exemplo, um viés em favor dos homens parece existir na provisão de serviços, com base na crença de que os homens são decisores e, na agricultura, as mulheres não passam de produtoras marginais. É mais provável que as propriedades maiores, que tendem a ser geridas por homens, sejam visadas por agentes de extensão, pela necessidade de economias de escala e maior eficiência na provisão de serviços. Além disso, limitações de tempo ligadas ao duplo ônus das tarefas domésticas e do trabalho na lavoura, assim como normas sociais que afetam a mobilidade, podem afetar negativamente a capacidade das mulheres de participar de treinamento agrícola (Banco Mundial e IFPRI, 2010).

#### 4.5. *Uso de insumos*

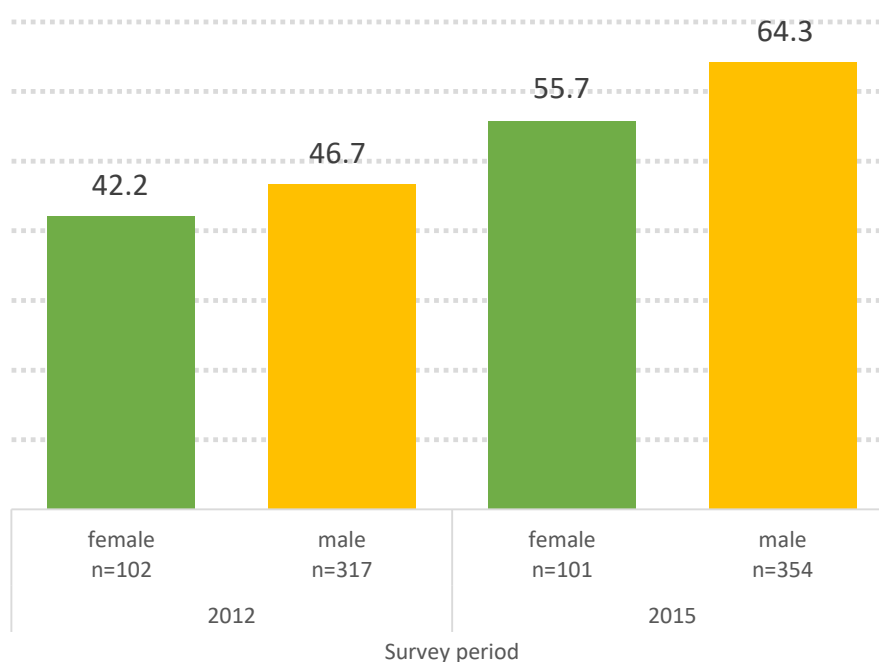
53. O uso de insumos agrícolas para aumentar a produtividade e obter alta qualidade é prática padronizada na agricultura moderna. No entanto, pesquisas sobre diferenciais de gênero na produção agrícola revelam que as mulheres usam menos sementes ou mudas certificadas e menos fertilizantes minerais e orgânicos e pesticidas que os homens em suas empresas agrícolas. Por exemplo, Udry *et al.* (1995) constataram em uma amostragem de agricultores do Burkina Faso que a intensidade da produção nas lavouras a cargo de mulheres é mais baixa que nas lavouras a cargo de homens.

54. A desigualdade de gênero é máxima entre famílias chefiadas por homens e famílias chefiadas por mulheres sem uma presença masculina. Em famílias chefiadas por homens com mulheres adultas no Malauí, por exemplo, o diferencial no uso de fertilizantes entre lavouras sob o controle de homens e sob o controle de mulheres é menos pronunciado (Uttaro, 2002).

55. Algumas das diferenças no uso de insumos podem ser explicadas pelo fato de que as mulheres tendem a cuidar de roças que requerem menos insumos, enquanto os homens

tendem a se concentrar em cultivos pecuniários que mostram maiores retornos com a aplicação de fertilizantes e pesticidas. A desigualdade de gênero no uso de insumos, assim, pode ser menor na comparação direta de propriedades de café gerenciadas por homens e por mulheres para verificar o controle efetivo do uso da terra. A evidência no setor cafeeiro é mista. Por exemplo, Sekabira e Qaim (2017) mostram que as despesas com insumos para a produção de café feitas por mulheres são 17% menores que as feitas por homens (figura 6).

**Figura 6: Uso de insumos entre cafeicultores de Uganda, por gênero dos chefes de família (em milhares de UGX/ha)**



Fonte: Cálculo próprio, com base em Sekabira e Qaim (2017)

56. Na cafeicultura da Colômbia e do Equador, por outro lado, Ávila e Useche (2016) não constataram grandes diferenças no uso de fertilizantes minerais e orgânicos e de pesticidas entre famílias chefiadas por mulheres e por homens. No entanto, a pesquisa subjacente coletou informações sobre o uso de insumos modernos como variável binária (sim ou não) e, daí, não possibilita uma avaliação de diferenças de intensidade no uso de insumos (por exemplo, quantidade de fertilizante por hectare).

#### 4.6. *Serviços financeiros*

57. O uso limitado de insumos e a falta de investimentos na modernização e expansão das empresas agrícolas podem resultar de acesso limitado a financiamento. Crédito formal e informal, além disso, é vital para que os agricultores possam amortecer as instabilidades de receita, típicas da produção agrícola, sujeita como é a riscos elevados em virtude de choques meteorológicos.

58. Meemken, Veettil e Qaim (2017) estabeleceram que, entre os produtores de café de Uganda, 39% dos homens chefes de família têm contas pessoais de poupança, em comparação com apenas 26% de suas parceiras e 24% das mulheres chefes de família. Ávila e Useche (2016) não constataram diferenças no acesso a crédito entre mulheres e homens produtores de café na Colômbia e no Equador. No entanto, sua pesquisa cobriu o acesso a crédito como variável binária, sem fornecer informações sobre potenciais diferenças de gênero no tamanho dos empréstimos.

59. A evidência que surge sobre o setor cafeeiro costuma apresentar conformidade com os padrões constatados no setor agrícola mais amplo. Na maioria dos países de baixa e média renda, há vastas diferenças de acesso a serviços financeiros. Pelo que mostram os dados de pesquisas, é menos provável que as famílias chefiadas por mulheres usem crédito que as chefiadas por homens, negativamente afetando a eficiência econômica das mulheres (Croppenstedt *et al.*, 2013). As principais razões para a dificuldade em obter crédito formal são a falta de suficiente garantia colateral (as mulheres em média possuem lotes de terra menores ou não têm escrituras formais) e o baixo nível de educação ou alfabetização financeira. Acresce que as diferenças de comportamento (as mulheres tendem a ser mais avessas a risco), normas culturais e responsabilidades familiares parecem não ser inteiramente compatíveis com as especificações dos produtos financeiros disponíveis e dos modelos de execução de serviços (Fletschner e Kenney, 2014). Por outro lado, a limitação do acesso a crédito informal pelas mulheres, em comparação com seus pares homens, pode ser parcialmente explicada por diferenças estruturais nos grupos de relações sociais das mulheres.

#### 4.7. *Capital social*

60. Organizações comunitárias, tais como grupos de agricultores, clusters, cooperativas ou sociedades de poupança, são um modo eficaz de ampliar o acesso a mercados de fatores e produtos e a informações sobre técnicas de produção e, também, de dividir risco. A colaboração de agricultores individuais ajuda a superar limitações de acesso a recursos e conseguir economias de escala (FAO, 2011).

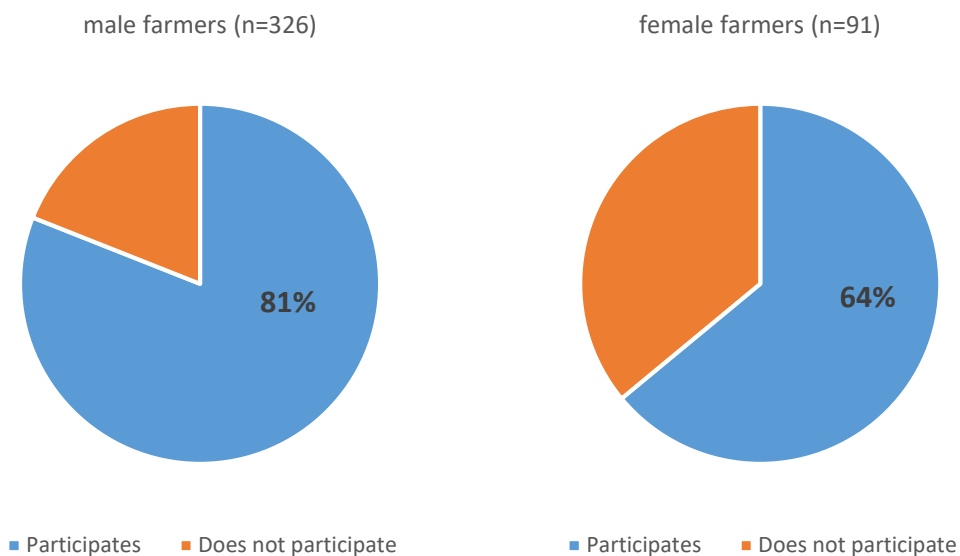
61. No entanto, as mulheres frequentemente lutam para participar de forma ativa em organizações de agricultores, pois normas sociais prevaletentes, restrições de tempo e mobilidade limitada em resultado do duplo ônus do trabalho em casa e no campo limitam sua participação. Por exemplo, no contexto de duas zonas de cafeicultura de Uganda, Meemken, Veettil e Qaim (2017) constataram uma participação feminina significativamente menor que a masculina em reuniões de grupos de agricultores (figura 6).

Figura 6: Participação em reuniões de grupos de agricultores entre cafeicultores de Uganda

**Box 2: Empoderamento das mulheres cafeicultoras em uma situação pós-conflito**

As crianças e as mulheres costumam ser os grupos mais vulneráveis nos conflitos armados. A iniciativa ONU Mulheres Colômbia, a ONG local Corporação para o Desenvolvimento Social, Tecnológico e Econômico da Colômbia (CORPDESARROLLO), a Unidade de Restituição de Terras (URT) e a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) implementaram um projeto para apoiar as mulheres na Colômbia pós-conflito. Sessenta mulheres residentes no município de Tablón de Gómez, no Departamento de Nariño, Colômbia, que foram vítimas do conflito armado e agora participam do processo de restituição de terras, receberam assistência técnica para capacitá-las a liderar a formulação de um plano de negócios para a comercialização de café verde e café seco em pergaminho. Seu plano de negócios inclui meios alternativos de incrementar a renda do grupo através de uma loja para venda de cafés especiais, além de medidas para conseguir mudanças culturais, concentrando-se em campanhas sobre a partilha de responsabilidades na prestação de cuidados e sobre aspectos da masculinidade.

Um resultado importante do projeto foi que, ao elaborar seu plano de negócios, as participantes aprimoraram suas habilitações comerciais e seus modos de adaptar ideias sobre negócios viáveis, fortalecendo suas capacidades organizacionais e ganhando autonomia durante o processo. Uma parceria foi estabelecida com a Agência de Desenvolvimento Rural (ADR) e a Unidade de Restituição de Terras (URT) para financiar planos de negócios.



Fonte: Com base em Meemken, Veettli e Qaim (2017)

62. Para que a voz das mulheres seja ouvida nos grupos mistos, as que são membros de famílias precisam ser convidadas explicitamente, ao lado dos homens chefes de família. Além disso, o papel das mulheres na administração de organizações precisa ser fortalecida (Meinzen-Dick *et al.*, 2010; FAO, 2011). As intervenções para o desenvolvimento rural também têm reconhecido grupos de mulheres como um meio útil de superar restrições em organizações comunitárias e promover o empoderamento econômico, político e social (Ragunathan, Kannan e Quisumbing, 2018).



## 5. REDUZINDO A DESIGUALDADE DE GÊNERO

63. A redução das disparidades de gênero na agricultura não só contribuiria para a igualdade de gênero como também geraria uma vasta gama de benefícios sociais e econômicos. Este capítulo descreve o impacto do desenvolvimento social mais extenso e dá uma visão geral do papel que os setores público e privado podem desempenhar na implementação da agenda global por maior igualdade de gênero.

### 5.1. *Empoderamento, ganhos de produtividade, maior resiliência e benefícios econômicos mais amplos*

64. Antes de mais nada, o empoderamento das mulheres que participam da produção de café – agricultoras, membros de famílias em propriedades agrícolas chefiadas por homens e participantes da força de trabalho feminina da lavoura – tem uma relação positiva com a habilidade de exercer agência e influenciar as questões que afetam as vidas dessas mulheres. O empoderamento, portanto, está instrumentalmente ligado ao bem-estar das próprias mulheres e suas famílias e dependentes (Banco Mundial, 2012).

65. Igual acesso a recursos que vão do capital humano aos fatores de produção capacitaria as agricultoras a produzir mais eficientemente, resultando em maior produção e rendas mais altas. A redução da desigualdade de gênero no acesso a recursos nos países de baixa renda traria um aumento da produção agrícola global da ordem de 2,5–4%, que se traduziria em rendas agrícolas mais altas e maior bem-estar familiar (FAO, 2011). Embora o setor cafeeiro também possa se beneficiar da elevação da produtividade e de maior agregação de valor, é provável que a magnitude dos ganhos varie de região para região, dependendo da magnitude das diferenças de gênero. A promoção da igualdade de gênero também contribuirá de forma crucial para construir a resiliência das agricultoras à volatilidade dos preços do café e fortalecer sua capacidade de adaptação às mudanças climáticas, um dos principais desafios enfrentados pelo setor (Jost *et al.*, 2016). Na verdade, as estratégias de adaptação sensíveis a gênero reconhecem as mulheres como agentes essenciais na construção de comunidades resilientes às mudanças do clima. Investimentos de base ampla em adaptação serão necessários para satisfazer à futura demanda por café, pois se estima que o consumo terá um aumento de 40 a 50 milhões de sacas até o ano de 2030, se sua atual tendência ao crescimento se mantiver.

66. Empoderamento feminino, maior produtividade e resiliência tanto aos choques econômicos advindos da volatilidade dos mercados de café quanto ao impacto das mudanças climáticas resultam em benefícios sociais e econômicos mais amplos para as famílias e comunidades rurais. Rendas mais alta e mais estáveis da atividade agrícola, bem como maior voz para as mulheres nas decisões familiares, estão associadas a melhor status nutricional e de saúde das crianças e maiores proporções das rendas gastas em educação (Doss, 2013;

Malapit e Quisumbing, 2015; Sekabira e Qaim, 2017). Por conseguinte, a promoção da igualdade de gênero no seto cafeeiro contribui diretamente para a Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável.

### **Box 3: Promovendo a participação das mulheres em organizações e cooperativas agrícolas**

O processamento das cerejas de café por via úmida melhora a qualidade do café verde, possibilitando aos cafeicultores conseguir prêmio sobre o preço das vendas e aumentar suas rendas. No entanto, a liderança das cooperativas que operam usinas de processamento por via úmida é dominada por homens. Na Etiópia, a Technoserve, uma entidade sem fins lucrativos, trabalha com 96 organizações de cafeicultores para integrar gênero na estrutura institucional das cooperativas. Com base nas visões obtidas através de uma análise de gênero centrada em projetos, todo o pessoal dos projetos foi treinado em integração e responsabilizado por questões de gênero. Além disso, confiou-se aos funcionários escolhidos, que receberam o título de “Líderes de Gênero”, maior responsabilidade pela integração de gênero. Os Líderes de Gênero realizaram discussões com líderes de cooperativas e do Governo sobre o valor de maior participação feminina; falaram com mulheres sobre os benefícios de seu envolvimento como participantes e como líderes de cooperativas; e negociaram com êxito a opção de parcelar o pagamento de taxas pelas mulheres que há pouco se tornaram membros das cooperativas. As cooperativas também receberam apoio ativo para selecionar uma “Representante das Mulheres”, que passou a comparecer às reuniões das cooperativas para participar de discussões sobre as atividades, a distribuição de benefícios e o controle dos recursos das mesmas. Além disso, mulheres líderes de cooperativas também receberam treinamento sobre participação ativa, tomada de decisões, liderança e empreendedorismo. Nos dois anos desde que o programa começou, essas intervenções tiveram um impacto significativo. A liderança dominada por homens em todas as cooperativas do projeto criou e realizou uma política de gênero com bases autodeterminadas, metas de gênero e plano de ação. O monitoramento constante da participação feminina mostrou que 3.619 mulheres, pela primeira vez em suas vidas, se tornaram membros das cooperativas (um aumento total de 25% da participação feminina), e outras 114 mulheres se tornaram líderes de cooperativas, isso resultando em uma duplicação do número de mulheres em papéis de liderança.

## *5.2. Reduzindo a desigualdade – um papel para os setores público e privado*

67. Há um papel tanto para o setor público quanto para o setor privado na redução da desigualdade de gênero na produção de café. Mais e mais programas de desenvolvimento rural e políticas da cadeia produtiva hoje incluem as mulheres, seja explicitamente, como grupo-alvo, seja implicitamente, através de integração de gênero (Doss, 2013). Dependendo dos objetivos de programa específicos, as mulheres podem ser alcançadas, beneficiadas ou empoderadas (Johnson *et al.*, 2017). Os programas que alcançam as mulheres incluem-nas como participantes (por exemplo, através de quotas), mas não incluem pormenores de

configuração que levam em conta as necessidades e limitações das mulheres. Os programas que visam ao empoderamento das mulheres tentam mudar o equilíbrio subjacente de poder entre homens e mulheres para conseguir benefícios que sejam sustentáveis.

#### **Box 4: Cooperação na cadeia de valor para obter impacto de gênero**

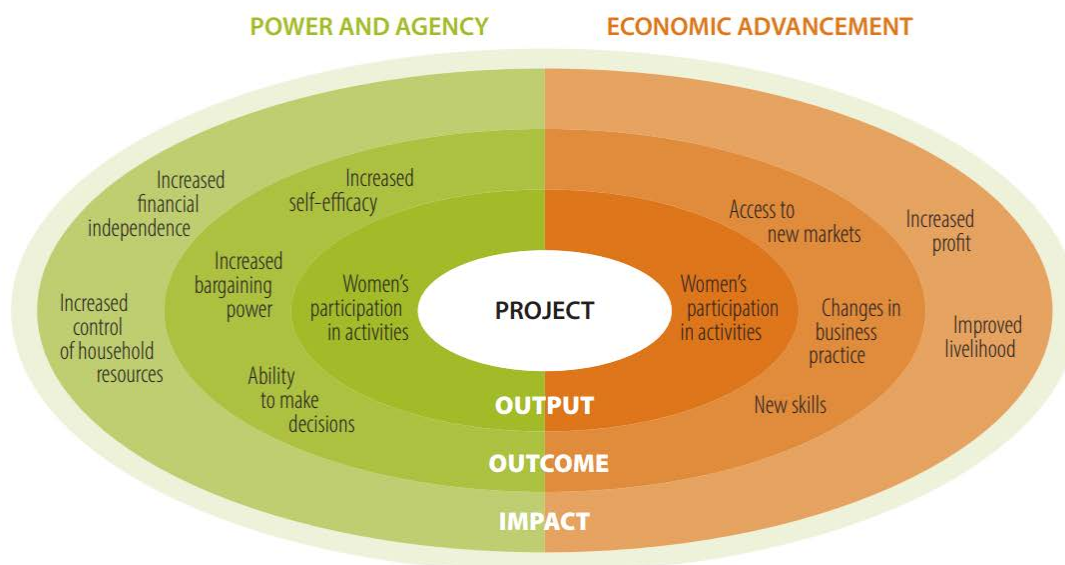
A colaboração dos atores da cadeia de valor é uma maneira de conjugar recursos para alcançar sustentabilidade das cadeias de valor e impacto de gênero. A rede britânica de lojas Marks and Spencer, os torrefadores médios Taylors of Harrogate e Mathew Algie e a organização sem fins lucrativos TWIN implementaram no Peru um projeto para confrontar os desafios da adaptação às mudanças climáticas, concentrando-se em agricultura sustentável, equidade de gênero e oportunidades para as gerações mais jovens. Trabalhando com duas cooperativas e beneficiando diretamente 1.250 agricultores e suas famílias, o projeto adota um enfoque sensível a gênero com o propósito de aumentar a participação das mulheres em treinamento sobre técnicas para a agricultura sustentável, incluindo produção e uso de fertilizantes orgânicos, renovação e reabilitação, além de manejo da água e da sombra. Além disso, usando a metodologia dos Sistemas de Aprendizagem do Gênero pela Ação (GALS), as mulheres são empoderadas dentro de suas famílias ou preparadas para assumir papéis de liderança em organizações de produtores e organizações comunitárias. Em sua concepção e implementação, o programa considera que o aumento do acesso a conhecimentos sobre produção de café e o empoderamento das mulheres são objetivos que se reforçam mutuamente.

68. No domínio das políticas públicas, uma distinção pode ser feita entre as políticas específicas ao setor agrícola ou ao setor cafeeiro e as que se dirigem a desafios universais. Por exemplo, tem-se demonstrado que o acesso a educação primária se correlaciona positivamente com a capacidade produtiva das famílias. Assim, as políticas públicas que visam a reduzir o viés em favor do elemento masculino na educação e ao aumento da matrícula do elemento feminino nas zonas rurais beneficiará as famílias que produzem café. Entre as políticas mais específicas ao setor agrícola estão as concernentes aos direitos de propriedade e uso da terra e as concernentes aos serviços de extensão agrícola. Com frequência, intervenções para aumentar a alfabetização financeira entre os agricultores são levadas a cabo por organizações não governamentais (ONGs) ou em colaboração com elas. O setor cafeeiro, por sua vez, tem tido sucesso na implementação de padrões elevados e políticas sensíveis a gênero na cadeia produtiva, através de esforços para construir cadeias produtivas sustentáveis e conscientizar os consumidores acerca dos aspectos sociais da cafeicultura.

69. O reconhecimento do gênero como elemento de crucial para o desenvolvimento rural e para a sustentabilidade das cadeias produtivas por organizações de desenvolvimento e pelo setor cafeeiro, respectivamente, reflete-se cada vez mais na adoção de políticas amplas de

gênero. Essas políticas via de regra compreendem a exigência de apresentação de relatórios pelas iniciativas, programas e projetos (Banco Mundial, 2015; GEF, 2017). O Quadro Comum de Mensuração desenvolvido pela Parceria para a Equidade de Gênero desenvolvido pela Parceria para Equidade de Gênero (PEG) e a Plataforma Global do Café (PGC) é uma iniciativa recente do setor cafeeiro que possibilita aos atores da cadeia de valor rastrear e comunicar progresso em relação a objetivos de sustentabilidade (PEG-PGC, 2017). Os quadros de mensuração e apresentação de relatórios tipicamente ultrapassam as avaliações de participação feminina, dando forte ênfase a resultados e impacto ao longo de várias dimensões do empoderamento e da agência, por um lado, e do avanço econômico, por outro (figura 7).

Figura 7: Dos aportes dos projetos ao impacto de gênero



Fonte: ONUDI, 2015

70. A seção que segue fornecerá alguns exemplos de políticas e intervenções que podem beneficiar as mulheres produtoras de café pela expansão de seu acesso a recursos e direitos, com vistas a empoderar as mulheres e capacitá-las a participar da agricultura comercial e orientada para a exportação.

### 5.3. Documentação de posse da terra e direitos de propriedade

71. A posse segura da terra é crucial para a promoção de um desenvolvimento equitativo e sustentável (Melesse, Dabissa e Bulte, 2017). As diferenças de acesso a terra por agricultores e agricultoras podem ser reduzidas pela eliminação da discriminação amparada em lei, ao mesmo tempo que reconhecendo a importância e poder dos direitos costumeiros de posse da terra, educando e avaliando funcionários da perspectiva das metas de gênero,

educando mulheres sobre direitos fundiários, e ajustando os procedimentos burocráticos relacionados com o registro de terras (FAO, 2011). No entanto, em regiões com uma tradição jurídica que já apoia a herança igualitária, as normas sociais também precisam dar mais apoio à equidade de gênero na sucessão envolvendo terras (Deere e Leon, 2003).

72. Tem sido demonstrado que a implementação da propriedade conjunta de terras por maridos e esposas empodera as mulheres nas famílias chefiadas por homens. A obtenção de controle sobre bens familiares melhora a posição de negociar das mulheres face a homens chefes de família, assegurando que as escolhas econômicas sejam feitas coletivamente. Uma análise do programa de certificação da posse conjunta de terras sugere que a emissão de escrituras de propriedade conjunta teve um impacto positivo no empoderamento e agência das mulheres em uma toda uma série de indicadores (Melesse, Dabissa e Bulte, 2017).

#### 5.4. Extensão

73. Uma abordagem da extensão agrícola e das escolas de agricultores sensível a gênero pode tratar dos fatores que limitam o acesso das mulheres a informação sobre técnicas agrícolas e novas tecnologias. Programas de extensão bem concebidos levam em conta as restrições culturais, temporais, de mobilidade e educacionais enfrentadas pelas agricultoras (Croppenstedt *et al.*, 2013).

74. Por exemplo, em alguns contextos é mais apropriado que as agricultoras interajam com agentes de extensão mulheres. O aumento da participação de agentes de extensão mulheres, embora não seja uma predileção universal e dependa das normas culturais prevalecentes, ajuda a prestar serviços com maior eficácia, como se constatou na Tanzânia (Due, Magayane e Temu, 1997). A conscientização dos extensionistas homens acerca da situação das mulheres do campo através de calibragem de conteúdos de treinamento pode levar a resultados positivos, como o aumento da participação das mulheres que recebem visitas de extensão e a eficácia da transferência de informação e de aptidões. A propagação da tecnologia de telefonia celular oferece mais um canal para a divulgação de informações às mulheres e pode se tornar importante no futuro (Croppenstedt *et al.*, 2013).

**Box 5: Inclusão efetiva das mulheres em atividades de treinamento e extensão agrícola**

O comparecimento de mulheres a atividades de treinamentos agrícola frequentemente é baixo. A Iniciativa do Café, um projeto implementado nos países leste-africanos com financiamento da Fundação Bill & Melinda Gates, integra estratégias de igualdade de gênero apropriadas aos contextos em todas as atividades de seu “Farm College”, para dar às mulheres maior capacidade de se beneficiar de melhorias específicas em agronomia do café. Os parceiros do projeto desenvolveram estratégias para ativamente recrutar e manter as mulheres no programa, pondo em prática os seguintes princípios:

- Recrutar mulheres ativamente como Treinadoras Agrícolas. O projeto alcançou uma média de 40% em toda a África oriental.
- Conversar com os líderes comunitários e conseguir seu apoio ativo para a participação tanto feminina quanto masculina nas atividades de treinamento.
- Orientar o processo de eleição do grupo de agricultores focais, para que as mulheres assumam os papéis tanto de agricultor focal quanto de assistente focal.
- Incluir plenamente as mulheres em todas as atividades do Farm College de uma forma que lhes permita sentir-se à vontade, valorizadas e respeitadas.
- Conscientizar os homens dos benefícios trazidos pela matrícula e comparecimento das mulheres de suas famílias às atividades de treinamento.
- Convidar maridos e esposas (que frequentam as sessões de treinamento juntos) a explicar aos demais como o comparecimento de ambos beneficia sua família.
- Durante o processo de matrícula, convidar duas pessoas de cada família a se inscrever – um homem e uma mulher. Caso só o homem se inscreva, incentivá-lo a convidar a esposa a participar do treinamento.

Os Treinadores Agrícolas solicitam aportes das mulheres e selecionam horários de treinamento que levam em conta o tempo e a carga de trabalho das mulheres. As mulheres também são especificamente incentivadas a trazer os filhos às sessões de treinamento, para que haja menor possibilidade de que a necessidade de cuidar dos filhos impeça o comparecimento das mães.

*5.5. Alfabetização financeira e acesso a financiamento*

75. A redução da desigualdade de gênero no acesso a serviços financeiros requer a superação das restrições costumeiras que impedem as mulheres de ter contas bancárias, bem como o aumento da alfabetização financeira através de programas de treinamento específicos, incentivando a formação de organizações, como os grupos comunitários femininos (FAO, 2011).

76. O desenvolvimento de organizações em parceria com bancos de desenvolvimento frequentemente reduz a desigualdade, oferecendo treinamento para fortalecer a gestão

financeira interna das organizações de pequenos proprietários. Por exemplo, um projeto implementado nos setores cafeeiros da Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua e México organizou 239 workshops e alcançou quase 6.000 participantes, 31% dos quais, mulheres. Avalia-se que o projeto logrou aumentar a alfabetização financeira dos membros das organizações de agricultores e conscientizar seus líderes de oportunidades criadas pela concessão de financiamento aos pequenos agricultores (OIC e Banco Mundial, 2015).

77. Tem-se reconhecido que o microfinanciamento – a concessão de empréstimos aos muito pobres– é um importante capacitador do desenvolvimento econômico, que comprovadamente beneficia as mulheres. Um estudo recente de 64 países de baixa renda mostrou que um aumento de 15% no acesso a microfinanciamento reduziria a desigualdade, medida pelo Índice de Desigualdade de Gênero (IDG) das Nações Unidas, em até 50% em média (Zhang e Posso, 2017).

78. Uma inovação técnica como o mobile money (transações financeiras através de um dispositivo móvel) pode aliviar algumas das limitações que as mulheres enfrentam para acessar financiamento, como, por exemplo, a necessidade de viajar longas distâncias, ou normas sociais que afetam sua capacidade de interagir com instituições financeiras (Duncombe, 2009; Fletschner e Kenney, 2014). A desigualdade de gênero no acesso a serviços de mobile money, contudo, pode impedir que as mulheres se beneficiem dessa inovação técnica, com implicações negativas para sua inclusão financeira. Sekabira e Qaim (2017) constataram, em uma amostragem de cafeicultores de Uganda, que só 47% das mulheres chefes de família usavam serviços de mobile money, em comparação com 67% dos homens chefes de família.

#### 5.6. *Padrões voluntários de sustentabilidade*

79. Os padrões voluntários de sustentabilidade e os esquemas de certificação podem ter um efeito positivo sobre a igualdade de gênero. Promovendo a sustentabilidade, eles se estendem a uma série de questões ligadas a práticas agrícolas, ambientais e sociais. Estas últimas compreendem condições de trabalho e questões mais amplas de desenvolvimento, incluindo a igualdade de gênero. Os padrões podem exigir que as organizações de agricultores sigam políticas de não discriminação e organizem workshops compulsórios de consciência de gênero e atividades de treinamento adequadas às mulheres da agricultura (Meemken e Qaim, 2018).

80. Em termos do impacto a nível familiar, os esquemas de certificação com um componente de gênero podem mitigar algumas das consequências negativas da comercialização agrícola. Por exemplo, as mulheres e famílias certificadas têm controle

significativamente maior da produção de café e da renda percebida que as mulheres em famílias não certificadas (Chiputwa e Qaim, 2016).

**Box 6: Padrões de sustentabilidade, certificação e impacto de gênero**

Os padrões voluntários de sustentabilidade (PVSs) podem ser um meio eficaz de promover a produção de café ambientalmente e socialmente sustentável.

O enfoque adotado pela Utz & Rainforest Alliance para promover a qualidade e o empoderamento das mulheres se baseia em dois pilares. Primeiro, o Código de Conduta contém exigências sobre não discriminação, pagamento igual por trabalho igual e incentivo à participação ativa das mulheres em organizações de trabalhadores e agricultores. Especialmente no que concerne a propriedades agrícolas, há disposições adicionais sobre, por exemplo, o direito a licença-maternidade e o direito das mulheres de voltar a seus empregos nas mesmas condições depois de terem filhos. Além do Código Conduta, a Utz & Rainforest Alliance promovem junto a importantes participantes a ideia de que eles devem divulgar conhecimentos sobre o impacto da desigualdade de gênero e dar destaque a exemplos de melhores práticas que ajudem a resolver as questões de que se trata.

A Fairtrade International estabelece regras para seu sistema de comércio, com disposições especialmente concebidas com o propósito de impedir a desigualdade de gênero, e normas vedando as organizações que ela certifica de se engajar em comportamentos sexualmente intimidados, abusivos ou exploradores. Impacto de gênero adicional é trazido pela provisão de cursos de liderança e gestão para mulheres agricultoras e de treinamento para trabalhadoras de extensão, superando normas sociais estabelecidas e empoderando as mulheres. O prêmio recebido pelos produtores Fairtrade pode ser usado para apoiar a igualdade de gênero – por exemplo, para financiar atividades a nível das cooperativas.

81. Por outro lado, a conscientização através de workshops obrigatórios pode gradualmente mudar normas sociais e percepções estabelecidas do papel das mulheres nas sociedades rurais. Assim, as iniciativas privadas podem complementar as políticas públicas de gênero, e a atitude positiva que as mulheres mostram em relação aos esquemas de certificação não surpreende (Meemken, Veettil e Qaim, 2017).

82. No entanto, restrições de tempo resultantes do duplo ônus do trabalho doméstico e na lavoura podem limitar a participação ativa das mulheres nos grupos de produtores. Assim, a administração e as políticas dos grupos deveriam ser estruturadas de maneira a facilitar uma participação ampla das mulheres nas organizações (Lyon, Muterbaugh e Worthen, 2017).

### 5.7. Tecnologia da informação e comunicação



83. O uso cada vez maiores de telefones celulares nas zonas rurais dos países de baixa renda pode ter um impacto positivo no desenvolvimento social mais amplo, incluindo a igualdade de gênero, especialmente na África subsaariana. Um elo claro existe entre o uso de telefones celulares e os indicadores econômicos que se aplicam a nível da propriedade, como os preços dos insumos agrícolas e da produção, os rendimentos das lavouras e os lucros. O uso de celulares capacita os agricultores a comparar preços, gerando maior transparência em mercados agrícolas remotos. Os agricultores podem receber assessoria agrônômica e ser advertidos pontualmente da propagação de pragas e doenças das plantas, para embasamento das tomadas de decisões. (Aker, 2010; Aker and Ksoll, 2016).

84. Um estudo publicado recentemente sugere que o uso de telefones celulares melhora a agência e promove o empoderamento das mulheres (Sekabira e Qaim, 2017). Os autores constataram que, em uma amostragem de cafeicultores de Uganda, em famílias em que pelo menos uma mulher adulta usa um telefone celular, a proporção do total dos bens familiares que são copropriedade das mulheres é 21% superior à das famílias em que os celulares só são usados pelos homens. Além de maior participação e maior influência feminina nas decisões familiares, os benefícios nutricionais aos dependentes da família estão associados com o uso dos celulares ligado a gênero, como sugerem os indicadores centrados na segurança dos alimentos e na qualidade das dietas.

#### 5.8. Complementaridades

85. As razões para a atual desigualdade de gênero no setor cafeeiro são várias. Respostas potenciais para reduzir a desigualdade de gênero vão das políticas públicas e intervenções lideradas por ONGs a políticas do setor cafeeiro ligadas a gênero acerca da cadeia produtiva. As pesquisas mostram que a produtividade das mulheres produtoras é entravada por diversos fatores simultaneamente. O alívio de uma única restrição de cada vez pode levar a resultados aquém de ótimos se outras restrições continuarem válidas. Por exemplo, os aumentos de produtividade graças a melhor acesso a insumos poderão ser subótimos se os agricultores não possuírem aptidão nem treinamento para aplicar da melhor forma os fertilizantes e pesticidas. Apenas se tanto o uso de insumos quanto o acesso a extensão forem facilitados é que os níveis de produtividade e, portanto, dos resultados econômicos poderão mudar.

86. Políticas e programas que lidem simultaneamente com as múltiplas limitações existentes, assim, podem apresentar fortes complementaridades (FAO, 2011). A coordenação dos esforços de diversos participantes no setor cafeeiro poderia aumentar a eficácia de intervenções específicas. Programas que visem a beneficiar e empoderar as mulheres garantirão a sustentabilidade do impacto econômico e social positivo (Johnson *et al.*, 2017).

## 6. CONCLUSÃO E PRÓXIMAS ETAPAS

87. O empoderamento das mulheres em café pode ser uma forma eficaz de promover a igualdade de gênero e elevar as receitas rurais e os padrões de vida e, ao mesmo tempo, aumentar a resiliência das comunidades ao impacto das mudanças climáticas e, assim, contribuir para a Agenda de Desenvolvimento Sustentável?

88. Este relatório oferece nova evidência sobre as dimensões e determinantes da desigualdade de gênero na cafeicultura. Ele resenha as pesquisas acadêmicas mais recentes, complementando-as com análise própria de microdados, e apoia a opinião de que as agricultoras, a mão de obra e as empresárias rurais enfrentam restrições de acesso a recursos que lhes entravam a capacidade de realizar seu potencial. O relatório discute respostas de política pública e iniciativas privadas em favor do empoderamento das mulheres e da igualdade de gênero e mostra que os setores público e privado podem contribuir significativamente para a consecução do ODS da igualdade de gênero, enquanto apoiando outros objetivos, tais como acabar com a pobreza em todas as suas formas em todos os lugares (ODS 1) e acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e a melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável (ODS 2). A existência de complementaridades nas intervenções proporciona um argumento robusto em favor das parcerias público-privadas (ODS17) para lidar com as atuais limitações enfrentadas pelas mulheres no mundo do café.

89. A disponibilidade dos dados básicos para avaliar a igualdade de gênero e o empoderamento continua sendo uma limitação séria à pesquisa e ao desenvolvimento de recomendações de política com base em evidência. Daí, mais esforços são necessários para melhorar a coleta sistemática de dados.

90. Os próximos passos que se propõe que a OIC tome incluem:

- Divulgar as constatações deste relatório para estimular a discussão e continuar a proporcionar um fórum para as trocas de opiniões sobre o setor cafeeiro e a defesa da igualdade de gênero junto aos setores público e privado.
- Reconhecer gênero como um tema de cruzamento de todas as áreas, e incluir a dimensão de gênero nas pesquisas futuras sobre temas anuais e em outros trabalhos analíticos.
- Expandir a análise de gênero para além da cafeicultura, a fim de cobrir toda a cadeia de valor do café, englobando o comércio, a torrefação, o varejo e os consumidores.
- Valer-se de parcerias público-privadas para coletar dados e medir progresso rumo à consecução do ODS da igualdade de gênero.

- Integração de gênero (gender mainstreaming)<sup>5</sup> assegurando que todos os projetos e iniciativas de desenvolvimento apoiados pela OIC procurem lidar com a igualdade de gênero no setor cafeeiro e proporcionar soluções para reduzi-la no setor.

## Bibliografia

Aguilar, Arturo, Carranza, E., Goldstein, M., Kilic, T., and Oseni, G. "Decomposition of gender differentials in agricultural productivity in Ethiopia." *Agricultural Economics* 46.3 (2015): 311-334.

Aker, Jenny C., and Isaac M. Mbiti. "Mobile phones and economic development in Africa." *Journal of Economic Perspectives* 24.3 (2010): 207-32.

Aker, Jenny C., and Christopher Ksoll. "Can mobile phones improve agricultural outcomes? Evidence from a randomized experiment in Niger." *Food Policy* 60 (2016): 44-51.

Alkire, Sabina, Meinzen-Dick, R., Peterman, A., Quisumbing, A., Seymour, G., and Vaz, A. "The women's empowerment in agriculture index." *World Development* 52 (2013): 71-91.

Ávila-Santamaria, Jorge, and Pilar Useche. "Women's Participation in Agriculture and Gender Productivity Gap: The Case of Coffee Farmers in Southern Colombia and Northern Ecuador." *2016 Annual Meeting, July 31-August 2, 2016, Boston, Massachusetts*. No. 236156. Agricultural and Applied Economics Association (2016).

Bolwig, Simon. "Poverty and gender effects of smallholder organic contract farming in Uganda." (2012).

Chiputwa, Brian, and Martin Qaim. "Sustainability standards, gender, and nutrition among smallholder farmers in Uganda." *The Journal of Development Studies* 52.9 (2016): 1241-1257.

Croppenstedt, Andre, Markus Goldstein, and Nina Rosas. "Gender and agriculture: inefficiencies, segregation, and low productivity traps." *The World Bank Research Observer* 28.1 (2013): 79-109.

---

<sup>5</sup> "A perspectiva da integração (mainstreaming) de gênero é o processo de avaliação das implicações para as mulheres e os homens de qualquer ação que se planeje, incluindo legislação, políticas ou programas, em qualquer área e em todos os níveis. É uma estratégia para fazer das preocupações e experiências das mulheres bem como dos homens uma dimensão integral da concepção, implementação, monitoramento e avaliação de políticas e programas em todas as esferas políticas, econômicas e sociais, para que as mulheres e os homens se beneficiem igualmente, e a desigualdade não seja perpetuada. O objetivo final é conseguir a igualdade de gênero." ECOSOC 1997/2.

Deere, Carmen Diana, and Magdalena Leon. "The gender asset gap: Land in Latin America". *World Development* 31.6 (2003): 925-947.

Deere, Carmen Diana, Gina E. Alvarado, and Jennifer Twyman. "Gender inequality in asset ownership in Latin America: Female owners vs household heads." *Development and Change* 43.2 (2012): 505-530

Demura, Shinichi, *et al.* "Gender differences in coffee consumption and its effects in young people." *Food and Nutrition Sciences* 4.07 (2013): 748.

Dietz, Thomas, Estrella Chong, A., Font Gilabert, P., and J. Grabs. "Women's empowerment in rural Honduras and its determinants: insights from coffee communities in Ocotepeque and Copan." *Development in Practice* 28.1 (2018): 33-50

Diirro, G. M., Seymour, G., Kassie, M., Muricho, G., & Muriithi, B. W. Women's empowerment in agriculture and agricultural productivity: Evidence from rural maize farmer households in western Kenya. *PloS one*, 13.5 (2018).

Dijkdrenth, Eveline. "Chapter 7 Gender equity within Utz certified coffee cooperatives in Eastern Province, Kenya." *Coffee certification in East Africa: impact on farms, families and cooperatives*. Wageningen Academic Publishers (2015): 489-502.

Doss, Cheryl. "Intrahousehold bargaining and resource allocation in developing countries." *The World Bank Research Observer* 28.1 (2013): 52-78.

Doss, Cheryl. "Data needs for gender analysis in agriculture." *Gender in agriculture*. Springer, Dordrecht, 2014. 55-68.

Due, Jean M., Flavianus Magayane, and Anna A. Temu. "Gender again—Views of female agricultural extension officers by smallholder farmers in Tanzania." *World Development* 25.5 (1997): 713-725.

Duncombe, R.A. and Boateng, R. Mobile phones and financial services in developing countries: A review of concepts, methods, issues, evidence and future research directions. *Third World Quarterly* 30 (2009): 1237–1258.

Fletschner, D., and Kenney, L. "Rural women's access to financial services: credit, savings, and insurance." *Gender in agriculture* Springer, Dordrecht (2014), (pp. 187-208).

Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO). Women in Agriculture. Closing the gender gap for development. State of food and agriculture 2010-11. Food and Agriculture Organization of the United Nations (2011) <http://www.fao.org/3/a-i2050e.pdf>

GEF. Policy on Gender Equality, approved at the 53rd meeting of the Global Environmental Facility (2017) <https://www.thegef.org/news/new-policy-gender-equality-gef>

Hill, Ruth Vargas, and Marcella Vigneri. "Mainstreaming gender sensitivity in cash crop market supply chains." *Gender in agriculture*. Springer, Dordrecht, (2014): 315-341

International Coffee Organization (ICO) and World Bank. "Risk and Finance in the Coffee Sector: A Compendium of Case Studies Related to Improving Risk Management and Access to Finance in the Coffee Sector." Joint report presented at the 114th session of the International Coffee Council in London, 2015.

International Trade Centre (ITC). "Investing in Women along Agribusiness Value Chains." Report by of the International Finance Corporation, Washington D.C., USA (2016).

International Trade Centre (ITC). "Women in Coffee". *International Trade Forum* 3&4 (2018): 32-33.

Horrell, S., & Krishnan, P. "Poverty and productivity in female-headed households in Zimbabwe." *The Journal of Development Studies*, 43-8 (2007):1351-1380.

Johnson, Nancy L., *et al.* "How do agricultural development projects aim to empower women? Insights from an analysis of project strategies." Vol. 1609. International Food Policy Research Institute (2017).

Jost, C., Kyazze, F., Naab, J., Neelormi, S., Kinyangi, J., Zougmore, R., & Nelson, S. "Understanding gender dimensions of agriculture and climate change in smallholder farming communities." *Climate and Development*, 8.2 (2016): 133-144

Klasen, Stephan. "Gender, growth and adaptation to climate change" in Powerful Synergies – Gender equality, economic development and environmental sustainability. United Nations Development Programme (2013): 49-57

Lyon, Sarah, Josefina Aranda Bezaury, and Tad Mutersbaugh. "Gender equity in fairtrade–organic coffee producer organizations: Cases from Mesoamerica." *Geoforum* 41.1 (2010): 93-103.

Lyon, Sarah, Tad Mutersbaugh, and Holly Worthen. "The triple burden: the impact of time poverty on women's participation in coffee producer organizational governance in Mexico." *Agriculture and Human Values* 34.2 (2017): 317-331.

Maertens, Miet, and Johan FM Swinnen. "Gender and modern supply chains in developing countries." *The Journal of Development Studies* 48.10 (2012): 1412-1430.

Malapit, Hazel Jean L., and Agnes R. Quisumbing. "What dimensions of women's empowerment in agriculture matter for nutrition in Ghana?." *Food Policy* 52 (2015): 54-63.

Malapit, Hazel J., *et al.* "Measuring progress toward empowerment: Women's empowerment in agriculture index: Baseline report." Intl Food Policy Research Institute (2014).

Malapit, Hazel Jean L., *et al.* "Women's empowerment mitigates the negative effects of low production diversity on maternal and child nutrition in Nepal." *The Journal of Development Studies* 51.8 (2015): 1097-1123.

Meemken, Eva-Marie, Prakashan Chellattan Veetil, and Matin Qaim. "Toward Improving the Design of Sustainability Standards—A Gendered Analysis of Farmers' Preferences." *World Development* 99 (2017): 285-298.

Meemken, Eva-Marie, and Matin Qaim. "Can private food standards promote gender equality in the small farm sector?" *Journal of Rural Studies* 58 (2018): 39-51.

Melesse, Mequanint B., Adane Dabissa, and Erwin Bulte. "Joint Land Certification Programmes and Women's Empowerment: Evidence from Ethiopia." *The Journal of Development Studies* (2017): 1-19.

Peterman, Amber, *et al.* "Understanding the complexities surrounding gender differences in agricultural productivity in Nigeria and Uganda." *Journal of Development Studies* 47.10 (2011): 1482-1509

PGE-GCP. "A common measurement framework for gender equity in the coffee sector" (2017) <https://www.globalcoffeeplatform.org/assets/files/02-CANS/GY/GCP-PGE-Gender-Common-Measurement-Framework-2017.pdf>

Quisumbing, Agnes R., *et al.* "Gender, assets, and market-oriented agriculture: learning from high-value crop and livestock projects in Africa and Asia." *Agriculture and human values* 32.4 (2015): 705-725.

Raghunathan, Kalyani, Samyuktha Kannan, and Agnes R. Quisumbing. "Women's self-help groups, decision-making, and improved agricultural practices in India." Agricultural and Applied Economics Association Annual Meeting, August 5-7, Washington, D.C. (2018)

Sekabira, Haruna, and Matin Qaim. "Can mobile phones improve gender equality and nutrition? Panel data evidence from farm households in Uganda." *Food Policy* 73 (2017): 95-103.

Tiruneh, Addis, *et al.* "Gender differentials in agricultural production and decision-making among smallholders in Ada, Lume, and Gimbichu Woredas of the Central Highlands of Ethiopia." International Maize and Wheat Improvement Center (CIMMYT), (2001).

United Nations Industrial Development Organization (UNIDO), "Guide on Gender Mainstreaming Agribusiness Development Projects." Vienna, (2015).

Uttaro, Robert P. "Diminishing choices: gender, small bags of fertilizer, and household food security decisions in Malawi." *African Studies Quarterly* 6.1 (2002): 2.

World Bank. "Gender Equality and Development". *World Development Report*. World Bank, 2012.

World Bank. "World Bank Group gender strategy (FY16-23): gender equality, poverty reduction and inclusive growth (English)". Washington, D.C. : World Bank Group (2015) <http://documents.worldbank.org/curated/en/820851467992505410/World-Bank-Group-gender-strategy-FY16-23-gender-equality-poverty-reduction-and-inclusive-growth>

World Bank and IFPRI. "Gender and Governance in Rural Services: Insights from India, Ghana, and Ethiopia". World Bank, Washington, D.C., USA (2010).

Zhang, Quanda and Alberto Posso. "Microfinance and gender inequality: cross-country evidence" *Applied Economics Letters*, 24.20 (2017): 1494-1498

**IDG e IDH nos Membros exportadores da OIC (2015)**

País	IDG	IDH
Bolívia (Estado Plurinacional da)	0.454	0.681
Brasil	0.413	0.757
Burundi	0.474	0.418
Camarões	0.573	0.548
República Centro-Africana	0.681*	0.357
Colômbia	0.389	0.742
Congo (República Democrática do)	0.655	0.444
Costa Rica	0.303	0.788
Côte d'Ivoire	0.666	0.478
Cuba	0.303	0.788
Equador	0.387	0.743
El Salvador	0.395	0.674
Etiópia	0.509	0.451
Gabão	0.542	0.694
Gana	0.550	0.585
Guatemala	0.496	0.645
Honduras	0.465	0.609
Índia	0.534	0.627
Indonésia	0.468	0.686
Quênia	0.558	0.578
Libéria	0.656	0.432
Madagáscar	n/d	0.514
Malauí	0.623	0.470
México	0.348	0.767
Nepal	0.488	0.566
Nicarágua	0.465	0.652
Panamá	0.465	0.781
Papua-Nova-Guiné	0.595	0.542
Paraguai	0.466	0.702
Peru	0.385	0.745
Filipinas	0.431	0.693
Ruanda	0.389	0.51
Serra Leoa	0.65	0.413
Tanzânia	0.542	0.528
Tailândia	0.378	0.741
Timor-Leste	n/d	0.630
Togo	0.572	0.495
Uganda	0.528	0.505
Venezuela (República Bolivariana da)	0.467	0.775
Vietnã	0.323	0.684
Iêmen	0.839	0.483
Zâmbia	0.546	0.583
Zimbábue	0.540	0.529

\* Com base em dados do IDG na República Centro-Africana em 2016

Fonte: PNUD